



**SENADO FEDERAL
COMISSÃO ESPECIAL MISTA DO SALÁRIO MÍNIMO**

8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 3, DE 2005, DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE A POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2006 ÀS 14 HORAS E 15 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a oitava reunião da comissão mista, criada pelo ato conjunto número 3/2005, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário-mínimo no país. Esclareço que a pauta desta reunião se destina a audiência pública com técnicos do IPEA, FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS e IBGE. As atas das reuniões anteriores encontram-se sobre as mesas as quais coloco em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Vamos seguir, agora já estão todos aqui, não é. Os técnicos falarão obedecendo o seguinte critério que é, nós vamos chamar dois para a Mesa agora e, em seguida, o terceiro. Então, cada expositor tem quinze minutos para apresentar a sua posição, mas antes é interessante colocar o público mais, mais a par da sessão de hoje. Nós estamos estudando a questão do salário-mínimo, já ouvimos tanto as centrais sindicais, tanto o Ministro do Trabalho primeiro, depois as Centrais Sindicais, depois as confederações de empregadores e ouvimos, na última sessão as associações que representam os aposentados. Nesta, nós iniciamos uma conversa com instituições respeitáveis governamentais ou para-governamentais que têm se dedicado a estudar a questão dos orçamentos familiares, da distribuição de renda, porque uma das questões fundamentais para a definição do salário-mínimo é se verificar como nos adequarmos àquilo que está definido pela nossa Constituição. Um salário-mínimo capaz de responder pelas despesas de alimentação, habitação, vestuário, transporte, educação, previdência do trabalhador e de sua família. Então é muito importante a gente ter idéia atualizada, porque já o primeiro salário-mínimo foi precedido de um grande inquérito nacional coordenado pelo grande brasileiro Josué de Castro, que fixou os termos do que hoje é chamada de cesta-básica, mas que, no Decreto é chamado de Ração Essencial Mínima, o que o brasileiro deveria comer em cada região de acordo com as características que a ciência da Nutrição e da Medicina estabeleciam ainda na década de 30. Hoje o salário-mínimo tem essa definição legal. Essa comissão busca valorizar o valor do salário-mínimo, mas precisa ter indicações sobre mudanças porque passaram tanto os orçamentos familiares como a composição das famílias. Na época se falava numa família padrão. Hoje nós temos outros conceitos que talvez devêssemos atentar no estudo que a comissão está fazendo. Então, a nossa, o objetivo hoje é ouvirmos essas entidades a respeito desses assuntos. Está aqui o nosso Presidente Jackson Barreto para o qual eu passo a presidência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos nesse momento convidar a Dra. Márcia Maria Mello, coordenadora de índice de preço da Diretoria de pesquisas do IBGE para compor aqui a nossa Mesa como a primeira debatedora de hoje e, esse não está? Não está. Ah! E a Dra. Elisa Lustosa --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não ela só acompanha.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Ah, ela só acompanha, Dr. Guilherme Costa Delgado, do IPEA. Pode sentar. Dra. Márcia em primeiro lugar, Dr. Guilherme, em segundo lugar, ambos, cada um terá quinze minutos para expor.

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: Eu vou precisar do apoio ali da projeção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Ah, Dra. Verônica! Já que hoje está o IBGE.

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: Ela entendeu que era mais fácil, você quer que eu tente ver, você está conseguindo ver aí, o disquete está certo? É a máquina que está com problema. Ah, então tá! é, bom, boa tarde! Posso começar então?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Pode começar. Sinta-se à vontade.

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: O pedido que foi feito ao IBGE foi a apresentação da pesquisa de orçamentos familiares, que é uma investigação que o IBGE tem no seu programa de trabalho regular e que passa assim bastante fortemente sobre essa questão do consumo familiar, não é? Então eu vou, vou procurar assim apresentar alguns aspectos de metodologia do inquérito para que os senhores entendam o que é que ele busca junto às famílias brasileiras; e depois apresentar alguns resultados. A minha apresentação está estruturada assim, daí eu acredito que com isso eu vou passar uma idéia de que tipo de informação que essa pesquisa oferece para subsidiar definições ou estudos acerca da questão do salário-mínimo. Da definição salário-mínimo. Então, não sei, você vai, alguém vai seguir para mim na apresentação? Você? Bom, o objetivo de uma POF, ou Pesquisa de Orçamentos Familiares, é investigar fundamentalmente os orçamentos das famílias e outras informações sobre as condições de vida das famílias brasileiras, não é? Principais variáveis que são perguntadas para as famílias nessa investigação são as despesas que as famílias realizam e os seus rendimentos, despesas e rendimentos é desse balanço que resulta o orçamento familiar. Outras variáveis são investigadas, mas eu vou me permitir a passar por elas de uma forma mais rápida porque não tenho foco para o tema que a gente está tratando aqui. Vou apresentar em termos de resultado, mas não vou me deter. Pode seguir, por favor! Bom, as POFs, elas estão no programa de trabalho do IBGE, nós realizamos a última entre julho de 2002 a junho de 2003. Em se tratando de uma pesquisa de orçamento ela é relativamente recente porque a estrutura de orçamento familiar não se altera com tanta velocidade, depende de mudanças estruturais na economia, nos hábitos. Então não é um dado que mude com tanta velocidade. Mas, de qualquer forma, o IBGE já está se preparando para realizar a próxima pesquisa em 2006/2007. Acho que essa é uma informação relevante. Essa pesquisa, ela foi realizada em todo o território brasileiro nas áreas urbanas e rurais. Da forma como a POF é desenhada, o IBGE fica um ano fazendo a investigação em campo e ao longo, e essa amostra de famílias investigadas, ela é de tal forma que ao longo do ano todos os extratos socioeconômicos da população são investigados. Então, com isso, a gente garante ao longo desse ano duas coisas: Todas as classes de renda investigadas e todo o perfil de consumo. Porque o consumo, a despesa das famílias, ela varia de acordo com o mês do ano. Então a pesquisa dá conta de investigar de uma forma bastante completa essa questão da despesa. Esse tema da despesa familiar. Pode seguir, por favor. Acho que eu estou mais rápida do que ele. Será que se eu ficar lá. Tem como eu ficar aí? Porque se tivesse. Não tem som?! Porque aí de repente eu mesma vou conduzindo, não é, eu dou o ritmo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Isso. Pode ir.

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: Posso seguir, o que eu faço?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Dra. Verônica tem que colocar uma pessoa aí, não é Dra. Verônica.

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: Você vai apertar? Então foram cerca de 50 mil domicílios visitados no Brasil, responderam a pesquisa, mil entrevistadores, a gente faz um levantamento com equipamento de informática que facilita a obtenção de informação. Durante essa pesquisa nós investigamos peso e altura das pessoas, das famílias, não é? E é uma pesquisa complexa, seis formulários, não vou entrar nesse detalhe, mas o importante é isso, despesas e rendimentos são investigados, além de outras informações que qualificam a condição da família, de vida dessas famílias. Podemos seguir. Já mencionei que são 12 meses em campo, se você quiser, bom, aí, é importante dizer que é exatamente a parte dessas despesas tanto de alimentos quanto todas as despesas das famílias e aí todas, o que eu falo de todas, todas é todas mesmo.

Então é com transporte, com habitação, com educação, com saúde. Toda, todo o espectro de gasto familiar é investigado ao longo de sete dias. O entrevistador do IBGE na verdade passa nove dias junto com essas famílias entrevistadas, não é, e, lógico que o sucesso dessa investigação vem da colaboração das próprias famílias e dessa habilidade desse entrevistador também. Vamos seguir! Já mencionei, os resultados dessa pesquisa, a amostra permite resultados para o Brasil no seu total, para o Brasil urbano, para o Brasil rural e grandes regiões também. Total urbano e rural. Unidades da Federação total e algumas regiões metropolitanas e municípios das capitais. O que é que essa pesquisa não vai permitir? Resultados por município de uma forma generalizada. O único município que a mostra permite cobrir é o município da capital, no mais, todos os outros recortes geográficos que estão aí numerados podem ser, para eles são gerados resultados, foram gerados os resultados, podemos seguir. As despesas, eu vou comentar isso, se bem que a gente está aqui no tema da, de valoração do salário-mínimo, mas vale a pena mencionar, a pesquisa, ela é bastante completa. Não só são investigadas as despesas monetárias, ou seja, aquelas despesas em relação as quais as famílias gastam, né, pagam em dinheiro, passam o cheque, cartão, vale-alimentação ou vale-transporte que nós consideramos como moeda para efeito da informação monetária, mas são investigadas as chamadas "gastos" que a gente chama de produção própria, o consumo que a família realiza porque tira lá um alfacezinho que plantou, tem um negócio de tecido e pega aquele tecido para fazer a roupa da família, não é? Ou, itens que recebe de troca e doação. Essas são as chamadas aquisições não monetárias e também constam da pesquisa. Podemos seguir. Falando agora já de alguns resultados da POF, então, até aqui, a idéia era, meu objetivo era passar uma idéia do que é que é o levantamento. Não sei se alguém, como é que é a sistemática, as perguntas ficam para o final, não é?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Isso.

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: Então tá. Então linhas gerais da metodologia, eu acho que fundamental, os pontos fundamentais eu passei. Quanto a resultados, é interessante observar, nessa primeira coluna está em reais a informação da despesa total média mensal familiar, de famílias brasileiras, contando aquelas duas participações monetárias e não monetárias do Brasil no todo. Ou seja, a despesa média mensal familiar dos brasileiros é um mil setecentos e setenta e oito reais e três centavos, eu estou pegando aqui todos os espectros de renda. Depois eu faço um recorte. E aí, já esse dado que é o dado mais agregado da pesquisa mostra aquela diferença forte que nós, conhecidas de todos entre as áreas urbanas e rurais brasileiras. A despesa média no meio rural em torno de oitocentos e sessenta reais, no meio urbano em torno de um mil e novecentos reais, média mensal. Essa participação daquela renda monetária não monetária observa que na área rural as duas outras colunas são percentuais. Como eu estou falando de produção própria etc. o percentual na área rural difere bastante da área urbana em torno de 24%. Podemos seguir. A pesquisa, ela buscou informação sobre o que a gente chama de despesa de consumo. E a despesa de consumo são aqueles grupos, alimento, transporte, habitação que eu já mencionei, educação, saúde, etc.. E as outras despesas correntes são impostos, Previdência. Não são consideradas de consumo, são consideradas como outras despesas correntes. Aumento do ativo é o investimento que as famílias são capazes de fazer e diminuição do passivo é pagamento de dívidas, de modo geral, ou juros bancários também entram aí. Quando as famílias têm rendimento até quatrocentos reais, aí rendimento total, observa que o percentual do orçamento familiar para as famílias de rendimento mais baixos que vai para consumo é 94%, isso a pesquisa apontou! Quando nós estamos nas rendas, nos rendimentos superiores, ou seja, acima de seis mil reais, esse percentual gasto com o consumo cai bastante, vai para 70%. Naturalmente, em outras despesas correntes das famílias com rendimentos mais baixos, tem um gasto muito menor porque são aí os impostos, que têm uma participação menor nas rendas das famílias de baixos rendimentos, em torno de 20% nas famílias de rendimentos mais elevados. Qual é o objetivo dessa tabela? É mostrar para vocês que a pesquisa permite esse recorte de rendimento. Então permite não só conhecer por classes de rendimento esse perfil mais amplo de gasto das famílias, que tudo isso é gasto, embora nem tudo seja consumo, mas tudo é gasto. São despesas obrigatórias. Obrigatórias, despesas informadas, obrigatórias eu diria que são o consumo e as despesas correntes, não é? O investimento que é o ativo é opção. Pode ser opção,

então é isso. A pesquisa permite isso por classe de renda. E aí, em particular, o recorte que a gente fez aí foi quatrocentos reais, um pouco acima do valor até proposto, né, para o salário-mínimo. Vamos seguir, por favor! Posso, bom, aí, aqui eu já fiz um corte nas despesas de consumo, pegando os três grupos principais: Alimentação, transporte, habitação. Principais segundo que critérios? Segundo o meu critério? Não, segundo o que a própria pesquisa apontou. São os três grupos em que claramente o percentual de gastos das famílias é mais forte, não é? É onde se concentra o gasto familiar segundo a pesquisa. Então, quando as famílias têm rendimentos menores ou iguais a quatrocentos reais, rendimentos familiares, observa que o peso da alimentação, no gasto da família é 32% contra 9% nas famílias com rendimentos mais altos. O transporte é 8% nas famílias com esse rendimento de quatrocentos reais, contra 17% nos rendimentos mais altos. Observação, o transporte tem uma diferença grande de composição aqui. Nas famílias com rendimento mais baixo, esse transporte é basicamente explicado pelo transporte urbano. Nas famílias com rendimento mais alto, basicamente explicado por veículo próprio, por exemplo, ou a compra ou a própria manutenção dele. E habitação também o percentual chama muito a atenção do gasto das famílias com rendimento mais baixos com esse item. Quer dizer, quase 80% das despesas de consumo estão concentradas nesses três grupos quando os rendimentos são mais baixos. Vamos passar, por favor. Esse eu vou passar porque ele não está bom de enxergar. Aí são, é outra análise que a pesquisa permite que é uma comparação, até porque nós estamos trabalhando com uma Lei que está lá atrás, de repente isso pode trazer alguma luz à avaliação dos senhores, dos últimos trinta anos, não é? A última pesquisa de orçamento familiar anterior a essa 2002, 2003 que foi realizada no Brasil com essa extensão nacional foi o INDEF, em 74/75. Então comparando com a evolução do Brasil urbano, vamos pegar só a linha de alimentação que é a primeira. O Brasil, no todo, ele gastava com o percentual de alimentação 33%, quase 34 e passa a gastar 20%. No meio urbano, esse gasto passou de 30 para quase 20%. E no meio rural brasileiro, que esse gasto que era 53% dos gastos familiares há trinta anos atrás passa a 34%. Quer dizer, num certo sentido o Brasil rural, em termos do percentual de gasto com alimentação se aproximou do que era o Brasil urbano há trinta anos atrás. Isso é uma outra análise que é permitida com o dado, a análise temporal. Bom, aí, precisa olhar cada tabela no detalhe não vou cumprir o tempo que está determinado. A gente passa, depois se necessário alguma pergunta, eu retorno. Outra informação, bom, então outra informação que a pesquisa permite e que me parece que está dentro do escopo dessa discussão aqui. O que a gente chama de análise da disponibilidade alimentar familiar, daqui a pouco eu vou mostrar o que é que é, é um nome muito técnico, um título técnico. E avaliação nutricional das pessoas com 20 anos de idade ou mais, isso é um resultado já divulgado. A pesquisa permite mais. Vamos seguir, por favor! Essa é uma análise onde, a partir da análise de quantidades de alimentos consumidos no domicílio foi possível, o IBGE em conjunto com o Ministério da Saúde e contando com a colaboração de pesquisadores da USP, divulgar, fazer uma divulgação sobre a composição em termos de macro nutrientes da, da alimentação do brasileiro. Então, a primeira coluna são as recomendações internacionais em termos do que é indicado. Então, um exemplo, eu vou ler a primeira linha que é, a segunda linha que é a linha do açúcar. É indicado que deva consumir até 10% de açúcar, não é, per capita/dia, dentro da composição de carboidratos. Em termos gerais qualquer que seja a classe de renda, porque as outras colunas ali são classes de rendimento, nós temos, no nosso hábito alimentar, a superação desse limite recomendado, não é. Então é algo a corrigir em termos de segurança alimentar no país. Por outro lado, vamos lá para as proteínas. A recomendação está entre 10 e 15% e qualquer que seja a classe de rendimento, a pesquisa apontou que o percentual desse macro nutriente atende essa recomendação. Vou seguir senão eu vou, comento tudo. Bom, de qualquer forma, a pesquisa também apontou que nos rendimentos mais baixos o total médio de quilocalorias consumido per capita por pessoa por dia está em torno de 1500 quilocalorias e nos rendimentos mais altos em torno de 2000 mil quilocalorias. Uma recomendação aceitável seria algo em torno de 1800, 1900 quilocalorias no total. E essa, essa informação da pesquisa é só domiciliar. Então a gente teria que entender que o total seria completado com a alimentação fora do domicílio, não é? Essa é uma etapa de estudo que a gente ainda tem que vencer. Vamos seguir! Depois eu tenho uma informação sobre isso. É importante ver que até quatrocentos reais de rendimento em

termos de alimentação, alimentação no domicílio, dividindo os gastos alimentação no domicílio e fora do domicílio, 90% da alimentação do domicílio, 90% do gasto é com a alimentação no domicílio, em torno de 11% é com a alimentação fora. Ou seja, se nós fazemos a relação com o que eu mostrei antes, é esse 11% que teria que cumprir as calorias adicionais. Já nas classes de rendimento mais alto, nem tão altos assim, acima de quatro mil reais, nem tão altos assim não comparados com os quatrocentos, mas em cima, em relação ao que a gente tem, não é, às vezes de percepção do que é rendimento alto, mas acima de quatro mil reais o gasto com a alimentação fora corresponde a quase 40%, contra 60% da alimentação no domicílio. Levando a crer que nas classes de renda mais alta o brasileiro tende a extrapolar muito a quantidade de calorias totais recomendadas, em média. Temos uma tendência, pelo menos no que se compra a superar isso. Vamos seguir, por favor! Aí já está em reais, por classe de rendimento, despesa média mensal com a alimentação fora do domicílio, eu acho que sai um pouco do escopo. A gente pode seguir também. Uma outra informação que a pesquisa divulgou foi a informação sobre índices de massa corporal, pode seguir, por favor. Onde esse resultado foi muito comentado, muito debatido trabalhando com a população adulta brasileira o déficit de peso ficou em 4%, o excesso de peso e obesidade é que se mostraram como os problemas mais complexos a serem tratados, em termos da população adulta. Vamos seguir, por favor! Aqui é interessante ver, deixa eu tentar ver. Na primeira coluna tem lá a palavra total e depois tem várias classes de renda. Até 1/4 de salário-mínimo por pessoa, é a primeira linha. Depois, de 1/4 a 1/2 salário-mínimo por pessoa. É interessante ver, vamos olhar só para a coluna total, déficit de peso. Eu vou ler os valores da renda mais baixa até a renda que é acima de cinco salários-mínimos por pessoa. O déficit de peso, ele começa em 6,5% das pessoas, nas famílias de rendimento mais baixos e chega a 2.4% nas famílias de rendimento mais alto. Estou falando de adultos. É natural que a gente tenha esse percentual mais elevado nos rendimentos mais baixos, mas, de qualquer forma, se os estudos mostram que somente se nós tivéssemos, se tivéssemos um indicativo de 5% nessa população adulta assim, persistente, é que nós poderíamos ainda falar em suspeita de desnutrição. Estamos falando de uma pesquisa amostral. Mas o que chama a atenção mesmo é a questão do excesso de peso que aparece forte entre adultos em todas as classes de renda, apesar da gente ter aquele diferencial de consumo calórico. Podemos seguir. E apesar de grande parte das despesas das famílias ser comprometida com a alimentação, nas famílias de rendimento mais baixos. Outra informação da pesquisa, avaliação subjetiva das condições de vida. O objetivo aqui foi um pouco buscar junto às famílias como é que elas se sentem em relação ao seu rendimento, o que é que ela entende que, que o seu rendimento propicia para ela em termos de qualidade, falando assim de uma forma muito intuitiva. E aí, o que está apontado é o que as famílias responderam. Cerca de 30% das famílias respondem que consideram que têm muita dificuldade para chegar ao fim do mês com o seu rendimento total familiar. Um percentual de, somando quase 70%, demonstrou algum grau de dificuldade. E só com os rendimentos, nos rendimentos mais elevados é que nós fomos percebendo alguma facilidade, facilidade e muita facilidade, é uma resposta muito difícil de se obter quando a pergunta é subjetiva, não é. Você dá liberdade para a família se autotransclassificar, em geral a pessoa quer mais. Mas, de qualquer forma, é bastante sinalizador o indicativo de dificuldade que nós observamos. Outra investigação que a POF fez foi problemas que afetam a estrutura física do domicílio e problemas que afetam as áreas em torno do domicílio. Em termos de problemas no domicílio foram constatadas em torno de 40% de termos de reclamação com o espaço disponível, casa escura, em torno de 20%, telhado com goteira, trinta e alguma coisa por cento e por aí vai. E, em relação ao entorno do domicílio, barulho foram problemas investigados, problemas ambientais e violência no entorno do domicílio. Só um instantinho. Pode, não, pode, pode, pára um instantinho aqui. Na verdade, esses resultados que eu estou trazendo para os senhores são assim um recorte de diversas informações que a minha pesquisa oferece. Com relação ao que está relacionado com a questão da Lei que está aí hoje, que é a Lei de que o salário-mínimo deveria propiciar que as pessoas cumprissem determinados gastos, isso está atendido naquela primeira parte dos resultados que eu mostrei, que são os gastos com consumo. A pesquisa fornece isso de uma forma bastante detalhada. Lógico que para uma apresentação de quinze minutos eu fiz uma apresentação mais genérica. Mas as informações são de um

nível de detalhe muito maior. Então eu só queria chamar a atenção que as outras informações são informações que ajudam a compreender essa condição de vida para que a gente não se detenha só no dado numérico frio do consumo realizado. Uma pesquisa como a POF, ela tem um papel importante na gestão de políticas públicas para a melhoria de condições de vida, em especial, a pobreza. E a partir dessa pesquisa o IBGE e outras instituições podem estar avançando em diversos métodos de menos razão de pobreza e de qualidade de vida da população em geral. Ela tem essa aplicação. Pode seguir, por favor! Pode seguir! Segue, por favor! Bom, um campo de aplicação é a segurança alimentar e ali eu illustrei isso com aquele dado do consumo calórico e peso, e altura das pessoas. A perspectiva que nós vamos estar realizando uma POF, isso na verdade tem um planejamento em andamento 2006/2007. Um modelo mais simples como aferição, a pretensão nossa é que ele se realize a cada ano. E, acho que agora encerrou? Maiores informações estão no portal do IBGE, não é? Publicações, textos, tabelas e, além do que nós, IBGE, também estamos à disposição dos senhores para esclarecimentos e outro tipo de ajuda que os senhores identifiquem que possa ser útil, né, de nossa parte. Então, uma apresentação rápida, é isso. Tá bom?

[Aplausos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós queremos agora passar a palavra ao Dr. Guilherme Costa Delgado representando o IPEA.

[pronunciamento fora do microfone].

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: Tem mais eu, eu optei --

SR. GUILHERME COSTA DELGADO: Eu agradeço o convite dessa comissão e me parece que pelo tempo restrito que temos que abordar, eu vou me dispensar uma, uma apresentação mais extensiva à Mesa, a todo o Plenário, não é? Agradecendo, evidentemente, ao convite do Deputado Jackson Barreto. E vou diretamente ao que me parece sejam as questões principais que estão cobradas aqui nessa carta, em que menciona que o papel da comissão é destinado a efetuar estudo visando apresentar sugestão sobre a política de reajuste para o salário-mínimo no país. Bom, na realidade o salário-mínimo, enquanto política social nacional, é focada basicamente no, nas garantias da antiga CLT, dos direitos do trabalho. No entanto, a partir da Constituição de 88, eu diria que há um deslocamento muito importante da política de salário-mínimo, no sentido de proteger os direitos sociais básicos. No sentido de que o salário-mínimo é o piso dos benefícios dos direitos da seguridade social. Então, essa, essa transformação de uma política social restrita ao mercado de trabalho formal que era na antiga CLT, ela tem uma ampliação significativa a partir da Constituição de 88, basicamente por um princípio da Constituição que vincula o piso dos benefícios da seguridade social ao salário-mínimo, não é? Então isso, na realidade vai ter uma consequência do ponto de vista sócio-econômico da maior significação. Eu não trouxe transparências aqui porque não é uma exposição muito rápida, transparência às vezes corta um pouco o raciocínio a gente perde um pouco o tempo. Mas eu vou citar o número de cabeça, vejam bem, antes da promulgação da Constituição de 88, portanto no censo demográfico de 91, o peso dos benefícios da seguridade social, previdência e assistência, na renda familiar, a renda apurada pela PNAD, que é outra pesquisa do IBGE, era 10%. No censo de 2000, portanto, nove anos depois de vigentes já a Constituição de 88 e as leis que regulamentavam a seguridade social. Esse peso dos benefícios da seguridade social já era de 16% e na PNAD, que é a pesquisa familiar continuativa de 2003, isso já ia para 22%. E, basicamente, é o salário-mínimo o que explica essa continuidade da preservação do poder de compra dos direitos sociais na renda familiar. Porque nesse mesmo período, enquanto a renda familiar está sendo, de certa forma, sustentada pelos benefícios da seguridade, calcados no salário-mínimo ou não, mas fortemente; a renda do trabalho está caindo, não é? Então, o salário-mínimo, como salva guarda da renda do trabalho, ele só consegue ser eficaz quando o mercado de trabalho está em expansão. Mas o período que eu citei aqui, o período de 91 até 2003 é um período de forte de desemprego aberto. Então, mesmo, digamos, quando ele é eficaz no setor formal com altas taxas de desemprego o salário-mínimo fica pouco representativo do ponto de vista da defesa da renda familiar. Bom, um outro aspecto importante do salário-mínimo que eu acho que antes de entrar na questão do, dos níveis de reajuste é o caráter nacional do salário-

mínimo, também estabelecido por dispositivo constitucional. Então o caráter nacional do salário-mínimo libera a força de trabalho daquela chamada ilusão monetária que tinha no sistema anterior, que era o sujeito olhar para o salário-mínimo de São Bernardo e olhar para o salário-mínimo do Piauí. Então ele achava que por ganhar quatrocentos, quinhentos, seiscentos reais em São Bernardo, ele ia ter uma grande remuneração, só que o custo de reprodução, o custo de vida nas regiões metropolitanas é extremamente alto e, na realidade, isso provocava migrações completamente equivocadas, não é? Então a idéia da unificação do salário-mínimo me pareceu, do ponto de vista distributivo-regional, um avanço significativo como o foi também a vinculação do salário-mínimo aos direitos sociais. O terceiro aspecto do salário-mínimo, aqui já pouco me apressando para ser disciplinado com o tempo, é a questão do reajuste, não é? A política de reajuste permanente. Então aqui nós vamos ter que dar algumas notícias boas, outras notícias não tão boas assim, do ponto de vista do que é desejável. Do que é desejável, evidentemente, uma elevação mais significativa do poder de compra do salário-mínimo é desejável por todos, até pela disparidade do salário-mínimo brasileiro em relação aos níveis internacionais. Agora, até porque o salário-mínimo está vinculado ao, com o piso, aos benefícios da seguridade social, nós temos um limitante sério aí. Só para dar uma idéia. Hoje, no orçamento de 2006, nós temos benefícios de previdência e assistência social na faixa dos cento, não me lembro completamente, cento e cinquenta bilhões, é o orçamento do sistema INSS para o exercício corrente. Dessa proporção nós temos algo como 38% dessa despesa, é uma despesa vinculada a benefícios de salário-mínimo, são mais de quinze milhões de benefícios de salário-mínimo. Então, cada 10% de incremento do salário-mínimo ela impacta a despesa previdenciária e assistencial do INSS em 3.8%. Então se você der 10% de incremento real no salário-mínimo, o incremento nos benefícios do INSS é de 3,8%. Não é? Então, dada a magnitude dos recursos que estão comprometidos com a seguridade social, o grau de liberdade que se tem para praticar uma política de longo prazo, no sentido de reajuste mais forte do salário-mínimo é limitado. É limitado, mas não é inexistente, vejam bem. É possível, dentro de uma determinada engenharia fiscal, previdenciária, financeira de equilíbrio, praticar uma política de longo prazo, de reajuste do salário-mínimo seguindo a taxa de crescimento do produto interno bruto da economia sem que isso provoque os chamados tensões deficitárias explosivas, etc. Que certa mídia gosta de usar como argumento para zerar qualquer melhoria na distribuição de renda. É possível reajustar o salário-mínimo a longo prazo seguindo uma trajetória de crescimento do produto interno bruto da economia, sem aumentar as necessidades de financiamento do setor previdenciário. Evidentemente que isso tem algumas, algumas explicações do porquê. Nós estamos, atualmente, numa fase em que, numa fase demográfica, não é, em que é muito favorável pela alta taxa de população em idade ativa que nós temos no conjunto da população, isso torna muito favorável uma expansão econômica se transformar numa expansão de incorporação ao sistema previdenciário. Portanto, crescer a economia significa crescer o emprego formal, a filiação e o INSS. Portanto, o crescimento da economia traz também aumento de arrecadação para o sistema. E, por outro lado, o sistema INSS conta com uma, uma pletora muito grande de créditos públicos, os chamados créditos da dívida ativa, que cada vez que a economia cresce esses créditos são liquidados e, portanto melhora a situação fiscal do sistema. Então, traduzindo em um economês simples: A uma taxa de crescimento de 5% da economia, a receita previdenciária, ela cresce o dobro. A elasticidade é dois. E a receita dos demais fontes da seguridade social. Então a receita do orçamento da seguridade social, ela tem uma elasticidade dois, em relação ao PIB, portanto, um PIB crescendo numa trajetória razoável, 5, 4, 5, 6%, o sistema pode ser adimplente com a política de reajuste do salário-mínimo no nível do crescimento do produto. E, portanto, num prazo razoável, que não é imediato, mas num prazo em torno de dez anos ou dependendo da taxa de crescimento do PIB que nós tenhamos, nós podemos dobrar o poder de compra do salário-mínimo, não é? Com essa política contínua, todo o ano. Evidentemente que há aqueles que defendem uma política mais agressiva, não é? Uma política mais agressiva, ela pode ser praticada um ano, mas depois você tem que, o sistema de *stop and go*. Então eu não propugno por política tão agressiva, porque a gente termina despejando no salário-mínimo uma responsabilidade infinita por resolver os problemas distributivos, quando ele tem uma responsabilidade limitada no mercado de trabalho e nos direitos sociais. Então, concluindo, eu diria que do

ponto de vista de critérios de uma política de reajuste de salário-mínimo, o primeiro critério básico é o seguinte: Continuar a vinculação aos direitos sociais. Isso é essencial para a gente, se não melhorar, pelo menos não piorar a distribuição de renda do país. Desvincular salário-mínimo significa voltar a regra do regime militar que qualquer burocrata de plantão fazia o índice que quisesse para, para os direitos sociais e aposentadoria ficava lá embaixo, não é? Em segundo lugar, manter o caráter nacional do salário-mínimo. Isso do ponto de vista de equilíbrios regionais é essencial. A renda da previdência, principalmente da previdência rural cumpre um papel regional importantíssimo, no sentido de distribuição não só setorial, mas regional da renda. Em terceiro lugar, uma política de reajuste que siga uma trajetória de crescimento do produto interno bruto, evidentemente, com o pressuposto de que o produto interno bruto saia do patamar de estagnação que vem se tornando, digamos, cativo há mais de vinte anos e que nós entremos numa trajetória de crescimento minimamente sustentável, não é? Bom, eu acho que cumpri os meus quinze minutos e dei o meu recado. Obrigado.

[Aplausos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Cumpru bem o tempo, e de forma eficiente e objetiva.

SR. GUILHERME COSTA DELGADO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu gostaria agora de convidar os dois, a Dra. Márcia e Dr. Guilherme poderão voltar ao seu lugar anterior e agradecemos a participação e vamos aqui aguardar alguns debates. E nós convidamos o Dr. Samuel Pessoa, que representa aqui a nossa querida FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Logo após a palavra do Dr. Samuel Pessoa nós já vamos abrir o debate para os srs. deputados e senadores aqui, deputadas também e senadores aqui presentes. Esse é o último. Dr. Samuel Pessoa, com a palavra.

SR. SAMUEL PESSOA: Obrigado a todos pelo convite. Eu recebi uma convocação e não tive nenhum contato telefônico com pessoa dessa comissão, então não sei exatamente qual era a demanda que havia com relação a minha participação aqui. Pelo título da comissão, eu imaginei que era alguns subsídios para pensar políticas de elevação do mínimo, não é exatamente a minha área de trabalho, mas eu acho que posso tentar dar uma colaboração. Eu preparei uma apresentação. O que eu acho que vou tentar fazer é tentar olhar um ponto de vista diferente do que a gente tem feito. Quer dizer, vou tentar olhar o Brasil um pouco no mundo e tentar ver, se a gente pode usar isto como um parâmetro para a política de elevação de salário-mínimo. Vamos para o próximo? Quer dizer, do ponto de vista da teoria econômica, o salário de um trabalhador é determinado pela produtividade do trabalho. E o salário-mínimo, a política de elevação do salário-mínimo não tem capacidade de atuar esse fator. Quer dizer, que em última instância o fator que determina os salários da economia. Quer dizer, os salários da economia a gente sabe hoje que eles essencialmente dependem da escolaridade da população, do grau de capitalização, da relação capital/produto daquela economia e da tecnologia empregada e da organização do local de trabalho. Essencialmente é isso que vai condicionar o, a evolução da renda de longo prazo de uma economia. Nesse sentido, a fixação do mínimo faz parte de um compromisso que é bem comum em economia, que é o compromisso entre eficiência econômica e melhora da distribuição de renda. Evidentemente, eficiência econômica não é o único critério que a gente tem que ter para a escolha das políticas públicas, o critério distributivo também é um critério muito relevante e importante, deve ser adotado. Próximo, por favor! Um dos problemas que nós estamos tendo com relação à fixação de salário-mínimo, como foi mencionado na apresentação que me sucedeu, nas últimas décadas têm sido décadas de baixo crescimento. Então, se nós observarmos como tem andado a evolução da produtividade do Brasil. O próximo, por favor! é que eu construí um gráfico e vocês vão, os senhores vão me desculpas é... No eixo X tem duas escalas, a primeira escala anual que começa em 1950 e vai até 1990. Depois eu passei a usar os dados trimestrais e as contas nacionais do IBGE. Então o eixo X tem um tempo, no eixo Y tem a produtividade, a minha medida de produtividade tem o nome técnico, produtividade total dos fatores para a economia brasileira. O que a gente vê? A gente vê que ela sobe muito dos anos 50 até meados dos anos 70, depois, a partir dos anos 80 ela cai muito e ela tem, alguns

ciclos, ela tem ficado mais ou menos estagnada com uma boa notícia que, recentemente, ela tem persistentemente subido. Mas, o fato do gráfico na parte à direita dele, mais recente ter estado tão horizontal mostra primeiro que, do ponto de vista da produtividade nós andamos para traz em relação ao que nós éramos na década de 70, e isso explica um pouco das enormes dificuldades que nós estamos tendo para aumentar, em termos reais, o salário-mínimo sem ter um impacto muito grande sobre as contas públicas. Próximo, por favor! E aí a gente vai direto, acho que é o maior problema hoje do salário-mínimo, que é o impacto que o salário-mínimo tem nas contas públicas, foi mencionado na última exposição, dos vinte e quatro milhões de beneficiários do sistema de previdência, quinze milhões mais ou menos estão indexados ao mínimo. Então cada real de aumento no mínimo produz um impacto muito grande nas contas públicas. Por exemplo, esses cinquenta reais de aumento que vai ser dado esse ano, vai ter um impacto nas contas públicas de aproximadamente dez bilhões de reais, que é alguma coisa próxima de meio por cento do PIB que é aproximadamente todo o investimento da União no ano passado. Então, esse é um problema dramático que não tem solução simples. Quer dizer, se nós quisermos manter uma política de ganhos reais muito acentuados para o salário-mínimo, eu não vejo uma outra saída a não ser uma certa desvinculação. Pode passar duas, por favor. Tá, mais uma, acho que eu-- então, qual a evidência empírica que a gente tem? Eu consegui esse gráfico foi produzido pelo professor Hélio Zylbersztajn da USP, que dá uma idéia de como é o Brasil do ponto de vista dos gastos previdenciários. Então no eixo do X, nós temos a fração da população brasileira com idade acima de sessenta e cinco anos. Aliás, brasileira não, a fração da população dos diversos países, cada ponto nesse gráfico é um país diferente. Então tem um monte de países aí, inclusive o Brasil. O Brasil é aquele ponto bem grande, aquele quadrado maior. Então, no eixo X, o professor Hélio Zylbersztajn, representou a fração da população do respectivo país com idade acima de sessenta e cinco anos, e no eixo Y, está representado os gastos como fração do PIB com aposentadorias, pensões, seguridade social em geral. A gente vê que o Brasil, ele está muito fora da norma mundial. Quer dizer, o Brasil tem alguma coisa como 5; 6% da população acima de sessenta e cinco anos e ele está gastando 12%, que é aproximadamente gastos de quem tem 15% da população acima de sessenta e cinco anos. Ou seja, tem uma evidência forte que o montante que a sociedade brasileira investe em aposentadorias e pensões é muito maior do que a norma mundial. Nós poderíamos chamar que a norma mundial é dada por essa reta, que foi ajustada por um processo estatístico, um processo econométrico. Então existe um problema que é: Nós estamos gastando um volume de recursos, em comparação internacional, muito mais alto do que a norma com aposentadorias. E cada vez que nós aumentamos o mínimo, além do crescimento do PIB real, a gente faz com que essa, esse desajuste que a nossa economia tem em relação à norma mundial se acentue. Próximo, por favor! Então eu acho que sem pensar a desvinculação, e aí na, se nós desvincularmos eu acharia que os outros benefícios deveriam ser vinculados a algum índice de preço da terceira idade, alguma coisa dessa natureza. Eu acho que nós podemos pensar em continuar uma política de aumento real de salário-mínimo. Mas antes de desvincular, acho que pelos, pela evidência que eu tentei mostrar aqui para os senhores, eu acho que é muito difícil a gente continuar, dado os problemas fiscais que a gente observa, nós continuarmos com uma política de ganhos maiores, de aumentos significativamente maiores, aumentos reais para o salário-mínimo. Bem, aí, resolvendo esse problema fiscal, volta aquele velho debate de eficiência econômica e redistribuição de renda. Qual o critério? De quanto deve ser o aumento? O próximo, por favor! Quer dizer, tem toda uma literatura dos meus colegas que trabalham na área de Economia do Trabalho, me ocorre Marcelo Neri, meu colega lá na Fundação, Ricardo Paes de Barros e Miguel Volga do IPEA e tantos outros, que tentam estudar esse compromisso que há entre redução da eficiência econômica, geralmente medido pelo impacto de aumento do salário-mínimo sobre o desemprego e melhora da distribuição de renda, o objetivo redistributivo que o salário-mínimo atende. O próximo, por favor. Quer dizer, a evidência que a gente tem, eu estou me reportando a um trabalho mais recente do Ricardo Paes de Barros é que as políticas de elevação do salário-mínimo, elas são muito menos eficientes do que outras políticas existentes, Salário-Família e Bolsa-Família para a redução da pobreza e da extrema pobreza, bem como para melhorar a distribuição de renda. Quer dizer, para atender o objetivo redistributivo e também o

objetivo de redução da pobreza, elevações do salário-mínimo não parecem ser a política mais eficiente. Esses outros dois instrumentos parecem ser muito mais eficientes é isso que todos os estudos que eu conheço apontam. Apesar do salário-mínimo sim, ter um impacto sobre a pobreza, a extrema pobreza e sobre a desigualdade, mas é impacto muito menor pelo mesmo gasto do setor público do que esses outros dois programas. Próximo, por favor! Eu vou tentar fazer uma, um exercício um pouco diferente para a gente olhar o problema do salário-mínimo de um outro ponto de vista. É... eu fui naquele endereço, é um endereço da Organização Internacional do Trabalho, fiz a seguinte pergunta: Como que nós estamos, como está o salário-mínimo brasileiro com relação ao salário-mínimo de outras economias? Será que o nosso salário é alto demais, ele é baixo demais? Evidentemente, para fazer essa comparação eu tenho que controlar pela renda per capita, pelo PIB per capita. Evidentemente, uma economia que o PIB per capita é dez vezes maior do que o nosso eu imaginaria que o salário-mínimo fosse dez vezes, tem alguma proporcionalidade. Então eu consegui ter acesso a esses diversos países que estão aí, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Japão, Coréia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Colômbia, Portugal, Espanha, Turquia, Estados Unidos, Uruguai, Brasil. E os dados são para 2004, Brasil eu ajustei para 2006, então são totalmente comparáveis eu não estou defendendo esse número com unhas e dentes porque eu fiz isso rapidamente num dia. Então é só para a gente pensar uma outra forma de olhar esse problema, não é, de fora para dentro em vez de olhar de dentro para fora, acho que as duas formas são sempre úteis. E aí o que sai é que, o próximo, por favor! é que parece que com esse último aumento que foi dado nós não estamos longe do que seria uma certa norma mundial, então nesse gráfico, eu representei no eixo X, o PIB, o *logaritmo*, está em *log*, então o *logaritmo* do PIB per capita. Então a gente pode essencialmente dizer o PIB per capita. Então no eixo Y está representado o PIB per capita desses diversos países, no eixo Y está o salário-mínimo do respectivo país. Tem uma bolinha vermelha que está quase em cima da reta. Essa bolinha vermelha em cima da reta representa o Brasil. Então, o que sai desse gráfico é que parece que com esse último aumento que foi dado, nós não estamos muito longe da norma mundial. E se isto for verdade, a conclusão que eu teria aqui para deixar aos senhores é que, provavelmente, uma política interessante seria aumentar o salário-mínimo ao mesmo ritmo de aumento do PIB per capita, ou seja, fazer a economia brasileira escorregar ao longo dessa reta. Então conforme a economia vai melhorando, a renda per capita vai aumentando e a gente pode dar aumentos no salário-mínimo, mais ou menos na proporção da evolução do PIB. E por aí, e nesse ponto eu encerro. Muito obrigado a vocês.

[Aplausos].

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): O Deputado Jackson Barreto. Não, é só porque eu queria saber qual, é uma pergunta muito objetiva, só, qual o instrumento, como é essa medição, é só o valor nominal, o que compra, quais os serviços públicos que são disponibilizados ou o senhor não teve a oportunidade de estudar isso tudo? Só o valor?

SR. SAMUEL PESSOA: Não, Senadora --

[Manifestação fora do microfone].

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Desculpe, viu, Deputado Jackson.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Fique à vontade.

SR. SAMUEL PESSOA: Meu exercício foi super ingênuo, eu só estudei o valor.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Ah, está ótimo.

SR. SAMUEL PESSOA: Eu imaginaria que como eu só estudei o valor, o resultado está super estimado para o Brasil. Por quê? Porque eu sei que no Brasil o salário-mínimo, ele é, de fato aplicado. Ele é o piso salarial, ele não é só um salário legal como era nos anos 40. Quer dizer, quando o salário-mínimo foi criado no Brasil nós sabemos que uma parte muito grande, provavelmente a maior parcela da força de trabalho naquele período, não recebia o salário-mínimo, porque naquele período o Brasil era um país rural e o salário-mínimo não se aplicava ao campo. Hoje não, hoje o salário-mínimo, de fato

ele é o piso de remuneração do mercado de trabalho. E, portanto, para o Brasil o salário-mínimo que está no dado, a informação que vem lá da Organização Internacional do Trabalho representa a realidade. Para alguns outros países talvez esse piso não seja adotado, não seja, na linguagem inglesa, não tem *forcement* (F), seja só um piso legal, mas não seja o piso verdadeiro. Então eu diria, do ponto de vista do Brasil, se eu tivesse feito um estudo mais cuidadoso de país por país, eu teria o Brasil mais distante da reta no quadrante em que nós estaríamos com salários-mínimos altos. A outra questão, que eu não fiz, eu estou fazendo aqui uma comparação internacional, a outra questão é se esse salário-mínimo --

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Possibilita que se viva?

SR. SAMUEL PESSOA: Ele possibilita que se viva.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Porque eu realmente não viveria com isso.

SR. SAMUEL PESSOA: Quer dizer, a gente tem esse compromisso entre os benefícios e os custos do salário-mínimo. Evidentemente nos benefícios estão esse lado, o que eu tenho em mente quando eu tento olhar um pouco para o mundo? Imagina, a gente está no mundo globalizado, nós estamos entrando em competição com outros mercados produtores como China, ainda que tem outras regras, e se nós tivermos uma institucionalidade muito distinta dos nossos parceiros comerciais, nós corremos o risco de perdermos muito mercado, de termos outros problemas no nosso mercado de trabalho. Então isso é um pouco que eu tenho em mente, Senadora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Aberta aqui as inscrições eu passo a palavra agora à nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCDDoB-AM): Senhores convidados, senhora convidada. Eu quero ser, Sr. Presidente, procurar ser bem sucinta. Mas tem algo que me chamou a atenção nas três exposições, acho que algumas variações de concepções, entretanto, quando se chega o momento de apresentar uma proposta, parece que há, senão um consenso, mas pelo menos uma caminhada sobre o mesmo trilho. Ou seja, todos falaram aqui numa política de recuperação que deva levar em conta o crescimento da economia brasileira. Ou seja, a variação do PIB. Entretanto, o que me, o que senti falta, primeiro que eu não sou estatística, eu tenho uma dificuldade enorme de entender matemática, Sr. Presidente.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): [inaudível].

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCDDoB-AM): Eu não sou estatística e tenho uma dificuldade enorme, olha, a Senadora disse que então, a Senadora --

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Esse que é o pior, porque eu sou, trabalhei com isso a vida toda em planejamento de serviços públicos, e se mexe com os dados e com a matemática e com a estatística do jeito que se quer, Vanessa.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCDDoB-AM): Pois é.

[risos]

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Então, compartilhamos a...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCDDoB-AM): Aí eu fico mais satisfeita comigo mesmo, não sou só eu que também tenho essa dificuldade de entender. Mas uma delas é que eu vi os dados muito frios. Eu sei que ciência exata é um mais um é dois. Mas a questão salarial, não é uma questão exata porque ela tem uma interface inseparável da questão social. Então, eu acho que nós não devemos tratar isso com números simples, secos que não refletem a realidade da necessidade do país, a realidade do trabalhador, a realidade do ser humano. Nós estamos aqui discutindo uma ciência exata, uma matemática, mas que dela depende da sobrevivência de pessoas. Então eu vi, olha, todos os comentários, pelo menos do que eu ouvi, é o seguinte: Não dá para recuperar agora o salário-mínimo, tem que ser a longo prazo. Longo prazo porque nós temos o problema da veiculação. Aí há a maioria dos que defendem que o salário-mínimo continue vinculado, os benefícios da previdência continuem vinculados ao valor do

salário-mínimo que já é um grande avanço, na minha opinião. Mas enfim, e que o impacto seria grande e que haveria um tormento. Olha, nós não podemos, por exemplo, discutir política educacional no país como nós não podemos discutir política de saúde sem discutir o país como um todo, sem discutir a própria política econômica do país. Porque essas são opções que a gente faz antes de saber que ônibus pegar. Eu não vou pegar para o Norte ou para o sul sem saber primeiro para onde eu vou, o que é que eu quero com isso. Então, nos debates anteriores que nós tivemos eu achei que foram debates muito mais completos. Debates que abordaram questões brasileiras, questões da economia do nosso país de forma muito mais ampla. Eu, por exemplo, tenho alguns jornais aqui de ontem, de antes de ontem, de hoje, da semana passada que fala muito o seguinte, que os Bancos no país, eles cobram o maior juros do planeta. E nós não estamos falando da taxa SELIC oficial. A taxa SELIC, a taxa oficial de 17,5% é a maior do mundo. Mas fora isso vem os Bancos que cobram quase 45% de taxas. E quanto que eles pagam de tributo? Menos. O governo está, acabou de mandar para cá uma medida provisória, eu ainda não estudei, não quero falar muito dela, mas a princípio eu tenho antipatia por ela. Porque ela isenta do pagamento de imposto de renda aqueles que vem investir no Brasil. Agora, quem é, e que tipo de investimento, são os investimentos voláteis.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCDoB-AM): Exatamente é o capital volátil porque do jeito que entra hoje ele pode sair amanhã, porque ele não tem qualquer regra de controle, não é não, Deputado Barelli, não tem qualquer regra de controle sobre isso. Ou seja, um pouco na contramão, enquanto a gente defende controle de entrada de capitais, o governo vem, enfim, não quero falar muito disso para não falar muita bobagem. Mas é isso. Eu acho que nós temos o primeiro grande desafio nosso é atrelar o debate sobre salário-mínimo em relação a debate de outras questões da economia brasileira. Semana passada nós tivemos propostas fantásticas aqui vindas de entidades que representam os aposentados brasileiros e de entidades que representam trabalhadores. Uma entidade do fisco, dos auditores fiscais do Brasil que fizeram propostas fantásticas. E quando a gente fala em juro, o que é que nós estamos falando? Será que existe algo que impacta mais a economia brasileira, as finanças públicas do que juros? Alguém pode dizer que o INSS, que a Previdência Social impacta mais a economia brasileira do que os juros? Seria verdade ou um grande equívoco? É óbvio que é um grande equívoco, não preciso nem ser estatística, vamos olhar os números quanto que o Brasil paga de juros e como é que esses juros crescem, como é que a dívida cresce, está aí, pela remuneração. A polêmica agora é que o governo está mudando o perfil da dívida. A dívida atrelada ao câmbio, ela é muito pequena, é quase negativa. O Brasil tem mais credor em moeda estrangeira do que devedor, não é? E tudo está em, sendo remunerado em outros parâmetros, indexado em outros parâmetros como a taxa SELIC. Com taxas nesse patamar, quanto representa? Eu vi aqui um real a mais no salário-mínimo são cento e quantos milhões? Cento e noventa e oito milhões a mais. Portanto, cinquenta reais de aumento de salário-mínimo são dez bilhões de impacto. E quanto é? Meio ponto percentual de juro, qual é o impacto? É muito maior do que isso. É muito maior do que isso. Então, eu, sinceramente, eu gostaria de ter uma colaboração maior, maior desses Institutos de Pesquisas que eu respeito. Aí foi citado aqui a opinião do Dr. Ricardo Paes de Barros, eu já tive a oportunidade de ouvi-los em algum momento. Eu discordo. Eu não acho que o Bolsa-Família pesa mais, pode até pesar, mas não é mais importante. Não é mais importante para a sociedade brasileira, para a construção da sociedade que nós queremos. A política do Bolsa-Família, a política do próprio Salário-Família. Recente, Senador Paim, o governo caiu nessa, foi querer explicar: Ah, o salário-mínimo não pode ter muito aumento, mas está aqui o Salário-Família quanto foi, mas está aqui a Bolsa-Família que, o Fome Zero que está crescendo. Não é! Eu acho que o princípio é remunerar bem o trabalho. É remunerar bem lá na base, lá na base. Remunerar bem. Então, a colaboração que eu gostaria dessas entidades do IPEA, não ouvi inteira a exposição do IBGE, mas da própria FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, que são entidades, instituições com credibilidade, que fazem pesquisas no país e não apenas pesquisas, formulam, a partir das pesquisas, formulam políticas. Esse é o papel dessas, dessas instituições. Eu gostaria que elas nos ajudassem mais porque nós não temos um consenso pré-formado aqui. Agora nós sabemos de uma coisa, nós temos que sair daqui dessa comissão com uma proposta de recuperação do valor de compra do salário-

mínimo. Eu não sei se vai ser de cinco anos, de dez anos, de quanto for, mas nós temos esse compromisso. Ficar nesse discurso pequeno, caolho, torto, na minha opinião, de só ver uma coisa, é fazer o jogo de quem não defende o aumento de salário no país. Então, eu acho que nós temos que abrir os horizontes. Nós temos que expandir. E a partir daí, é ver como é que faz. Olha, eu, eu falo sempre, hoje eu não vou falar, Senador Paim, do Projeto de Lei que o PCdoB apresentou. Um Projeto de Lei que tem lá uma proposta, tímida ainda, acho que poderia ser até melhor, ser mais significativa... mas uma proposta também que leva em consideração o PIB, mas leva em consideração também a variação da produtividade alcançada no país. Mas nós temos um outro projeto --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE) Deputada.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Que regulamenta, já estou concluindo, que regulamenta as mudanças constitucionais oriundas da PEC das emendas constitucionais 41, 47 tratam ambas da inclusão, no mercado de trabalho, seja das donas de casa ou dos demais trabalhadores. E aí, nós estamos sugerindo, no Projeto de Lei a criação de um novo tributo. E olha que nós somos contra o aumento da carga tributária, mas que tributo é esse novo? É tributar as empresas que contratam serviços terceirizados de mão-de-obra em 2% para a previdência social. Em 2% para a previdência social. Eu acho que nós deveríamos ver isso. A possibilidade, é possível, por exemplo, atrelar ao superávit, porque todo mundo fala que salário-mínimo é pesado, pesado, pesado. Mas pesado não é superávit, eu não vi ninguém falar. Pesado não é juro, eu não, eu estou do lado --

[Manifestação sem uso do microfone]

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): O Presidente cortou o tempo, por isso, Sr. Presidente, eu quero cortar aqui, eu quero parar aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): V.Exa. pode retornar ao debate.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Pois é, exato.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Tem uma lista de inscrição aqui para respeitar.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Exato, quero apenas concluir, fazer um apelo, acho que nós precisamos de uma colaboração maior dessa entidade no sentido de formular uma proposta que ao mesmo tempo que seja viável, ela, ela, ela dê uma ênfase maior à política de reajuste de salário-mínimo. Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu gostaria de convidar o Deputado Barelli para assumir a presidência porque temos um compromisso aqui. E temos que estar presentes em outro trabalho aqui da Casa e aproveito a oportunidade para agradecer, como Presidente da comissão, aqui ao lado surpreso, a presença da Dra. Márcia, do Dr. Guilherme e do Dr. Samuel Pessoa. Eu peço desculpas aos senhores para me retirar e passo a palavra ao Deputado Tarcísio Zimmerman.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-S): Obrigado, Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Tarcísio, antes de você começar, como somos somente três os painelistas, se o Barelli assim permitir, que os três passassem aqui para a Mesa fica melhor para interagirem. Isto. Todos fazem as perguntas, inclusive eu farei também.

SR. DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Vamos esperar eles, dar mais um minuto, como é que é? Agora tem? Bem, cumprimentar aqui a presidência, a Relatoria da comissão. Dizer que acho que a contribuição tanto da Márcia do IBGE quanto do Guilherme e também do Samuel, infelizmente não pude pegar toda a intervenção do Samuel, mas eu acho que esta audiência pública começa a entrar num terreno que para nós é, é muito importante. É essencial inclusive neste debate que é o dimensionamento da real necessidade de, vamos dizer assim, o que seria o mínimo necessário para o salário-mínimo. Acho que especialmente a pesquisa de orçamento familiar traz algumas informações e eu até perguntava antes, fora do microfone à Dra. Márcia e os dados de renda? E os dados de renda familiar? Porque hoje não se tem mais a situação de que só

se tenha um membro da família ativo no mercado de trabalho. Em geral nós temos duas, três pessoas que acabam conjuntamente constituindo a renda familiar também, assim como o consumo. Então esse dado aí, eu gostaria que nós pudéssemos ter aí talvez alguma atenção também de parte do IBGE. E eu queria, por outro lado, também questionar um pouco mais aos senhores que são economistas, a Dra. Márcia, sobre o tema de uma estratégia de recuperação do salário-mínimo. Nós, porque é um debate essencialmente político, mas ele não se resolve bem para a sociedade, me parece, só no campo da política. Então, a estratégia, nós temos pressões no sentido e posições que propõem, digamos, dobrar o salário-mínimo de uma hora para a outra, como nós já tivemos num determinado momento da história do nosso país. Nós tivemos uma atitude e eu queria inclusive que os senhores pudessem refletir um pouco sobre as conseqüências desta atitude, desta decisão de, que me parece que foi o Ministro João Goulart que tomou a iniciativa de dobrar o valor do salário-mínimo. A estratégia que tem sido recorrentemente recomendada é uma estratégia mais cautelosa, é uma estratégia que *dialogue* mais com a incorporação progressiva das defasagens do valor, seja através de mecanismos como o crescimento do PIB, seja através de mecanismos como o crescimento da própria produtividade da economia brasileira, não é, que possam ser elementos que balizassem uma estratégia de maior... Mas eu queria que, eu queria um pouco isto, que nós pudéssemos ter aí, com todos os riscos que isso representa, um comentário sobre estas que parecem ser estratégias, como tem também setores que simplesmente defendem que o salário-mínimo não tem importância alguma, do ponto de vista seja do desenvolvimento nacional seja do ponto de vista da, ou que teria uma importância muito restrita, muito pequena, seja do ponto de vista da distribuição de renda, seja do ponto de vista do desenvolvimento. Então eu queria que nós pudéssemos aprofundar um pouco o debate. Primeiro sobre esse tema da, da renda, não é? Como é que se compõe hoje a renda familiar nos, nos grupos familiares brasileiros? E, segundo, um pouco sobre essas estratégias de recuperação do poder de compra do salário-mínimo. Uma estratégia, digamos, mais de impacto, do tipo: Vamos dobrar! Não é? Vamos tomar esta, não é? Ou então uma estratégia mais gradualista: Vamos crescendo progressivamente? Quais seriam os impactos disso do ponto de vista econômico, macroeconômico e tal?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Quero chamar então agora a Dra. Clair.

Deputada DRA. CLAIR: Queria cumprimentar a presidência, a relatoria, os nossos convidados, Senadores, Deputados, deputadas. E dizer que nós temos aí uma pergunta que nós, que eu acho que toda a população faz é como crescer e como distribuir a renda, não é? Eu acho que nós teríamos que responder a essa questão. O que é que impede realmente o crescimento econômico e social do nosso país? E aí eu me filio aí as ponderações aqui trazidas pela Deputada Vanessa Grazziotin que nós, são indagações que nós fazemos, o que é que realmente impede o desenvolvimento? Será o pagamento dos juros, a alta taxa de juros? A carga tributária existente? Enfim, quais são os problemas que afetam e que reduzem a nossa perspectiva de desenvolvimento? O nosso país é rico, maravilhoso e, no entanto, nós tivemos um crescimento pífio de 2,5%, menor do que a média da América Latina. Então, a pergunta que eu deixo aí aos nossos convidados, como crescer, o que impede o nosso crescimento? E o que impede a nossa distribuição de renda? E há uma outra questão aqui que eu também fiquei bem... Assim, acho que houve contradições entre os nossos conferencistas porque a FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS diz o seguinte: Que para resolver a pobreza o Bolsa-Família e o Salário-Família são políticas de melhor alcance para a redução da pobreza. Mas aí eu fico pensando assim, um trabalhador que seja registrado, que receba um salário-mínimo, ele vai pagar, ele vai receber um salário, vai pagar imposto de renda, vai pagar o município, enfim, a contratação daquele trabalhador, ele vai gerar uma série de impostos na sociedade, não é? Que vão dinamizar a economia e tudo o mais. E daí eu fico questionando realmente se essa, essa afirmação, porque o Bolsa-Família e o Salário-Família apenas são recursos que são concedidos pela União, pelo Estado Brasileiro, não é? E não geram daí outros impostos. Então, é uma pergunta que eu deixo assim, uma indagação. Uma outra questão é, que eu gostaria de saber dos senhores, é qual o impacto da elevação do salário-mínimo sobre a arrecadação dos impostos em relação ao

crescimento do PIB? Porque eu entendo que se nós temos uma massa salarial no nosso país, não é, em relação ao PIB, logicamente essa massa salarial, ela arrecada, ela dinamiza a economia, arrecada impostos, não é. Então nós temos como avaliar qual é o impacto do salário-mínimo, de uma elevação, vamos dizer, de cinquenta reais. Foi feito aqui um impacto do salário-mínimo sobre os gastos públicos. Mas quanto esse impacto resultaria, na... Na elevação, na arrecadação dos impostos em relação ao crescimento do PIB? Então, é uma pergunta que eu deixo. E uma outra pergunta que é uma indagação que eu faria também à Dra. Márcia, porque aqui, pelos dados, cheguei meio atrasada, peço desculpas. Mas aí ela levanta assim é... Todos os brasileiros de todas as faixas ali de recepção de renda, estariam recebendo as calorias necessárias dentro dos limites de, dentro dos limites estipulados aí pelos organismos internacionais, mas eu pergunto assim: E os nossos miseráveis estão dentro dessas, dentro desse patamar? Quantos são os brasileiros que não, não conseguem, não estariam, não estariam recebendo esse patamar necessário de calorias? Ou, V.Sa. só colocou esse quadro em relação aos trabalhadores formalmente contratados? Eu sei que nós temos uma massa de salário aí, uma massa de pessoas, de milhões de pessoas que recebem o Bolsa-Família com setenta e dois reais por mês. Será que essas pessoas estariam recebendo o mesmo nível de calorias, ou o patamar de calorias suficiente? Não entendi esse quadro, gostaria de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Não está funcionando aquele sinal, então estou dando o sinal verbal, pode terminar o seu pensamento.

Deputada DRA. CLAIR: E a outra questão é em relação a pesquisa do PNAD que foi assim, agora recentemente divulgada, e eu pergunto ao IPEA, em que há um questionamento muito grande em relação a essa pesquisa, e se realmente houve uma redução da pobreza em nosso Brasil ou não?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Bem, Senadora Heloísa Helena.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Bom, primeiro, cumprimentar os parlamentares e o Deputado Barelli, se puder um pouquinho antes me avisar do meu tempo eu prefiro, se for possível. Bom, primeiro agradecer a importante colaboração dos convidados. Claro que a colaboração técnica ao ser dada ela traz para si concepções ideológicas, programáticas, visão de mundo. Isso é absolutamente saudável até que exista. E quando eu brincava com a Deputada Vanessa dizendo que eu também mexo com a área de estatística no planejamento de serviços públicos, ainda na minha vida, no meu trabalho outro da Universidade, mas é evidente que a gente sabe que as frias estatísticas oficiais escondem histórias de vidas que estão sendo destruídas. E a gente sabe também que opções técnicas, matemáticas, fiscais, administrativas, orçamentárias, financeiras, elas são motivadas por uma visão. Uma concepção econômica, uma visão de mundo, uma concepção da inserção que o Brasil deve ter ou qualquer país na chamada globalização capitalista. Então é absolutamente legítimo e natural que as exposições tragam, por mais que a gente se esforce para dar aparentemente um balanço técnico distanciado dessas concepções, mas é absolutamente saudável que isso aconteça. Eu lembro uma vez quando ainda estava num partido que eu militei há muito tempo e eu tinha tido uma briga muito grande com o Ministro Malan, certamente hoje ele ri muito das brigas que eu tive, porque o atual governo aprofunda o projeto neoliberal certamente igual a eles.

[Soa a campanha].

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Mas eu dizia, naquela época, que quando eu brigava muito com o Ministro Malan, eu me lembro que o nosso querido Senador Lauro Campos, que era um marxista convicto ele dizia: "Mas Heloísa, ele fala isso porque ele acredita nisso que ele está falando!". Portanto, eu respeito muito as concepções que foram apresentadas. Agora, eu acho que o que a gente tem que discutir, e é por isso, convidados, que existe uma preocupação muito grande, não é meramente pelo componente político que essa Casa tem. Claro que a gente sabe que às vezes o componente político, ele influencia muito no processo eleitoral, não é? Um componente que beira farsas técnicas e fraudes políticas. Eu sei muito isso. Mas tenho certeza que o

interesse e a motivação dessa comissão não é esse. É tentar apresentar uma alternativa concreta para a sociedade. E aí, é claro que eu lembro há pouquíssima tempo atrás na minha vida política, porque eu sempre tento me colocar no lugar do outro antes de falar ou me colocar no lugar do outro antes de defender uma proposta que eu possa entender como concreta, ágil e eficaz, mas não necessariamente eu poderia viver com ela. Claro que algum tempo atrás aqui já no Congresso Nacional, portanto não se trata de 1800, não é, eu estou no oitavo ano de mandato, nós reivindicávamos muito, sabe o Senador Paim, o Deputado Barelli que nós na época também oposição, eu não porque é quase um destino ou uma sina viver na oposição. Mas na oposição ou no governo, ora nós reivindicávamos o salário-mínimo que cumpriria a ordem jurídica vigente, a Constituição, portanto o salário-mínimo DIEESE, ora, como na campanha eleitoral do Presidente Lula, que ele se comprometeu a dobrar o poder de compra do salário-mínimo, o que iria para quinhentos e setenta reais e lá, naquela época, ninguém falou de nenhum problema que tenha acontecido em outros governos ou na história do país. Então, como eu sempre defendi posições não por ser parte de farsas técnicas ou fraudes políticas, eu sempre defendi concepções que eu posso, alguém pode, pelo argumento, destruí-las, alguém pode, pelo argumento, desestruturar completamente. Mas em nenhum momento eu defendi algo que eu não acreditasse. Quando dizia eu acreditava que era exatamente isso e que não era uma farsa, não era demagogia eleitoralista e vigarice política. Portanto, eu defendi sempre e é por isso que eu defendo inclusive a proposta de quinhentos e setenta reais e que dobre o poder de compra do salário-mínimo. Por quê? Porque eu não acho, dentro da lógica formal, do que pode ser até considerada a lógica mais neutra e cretina que se possa haver, que é normal, que é natural --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Para encerrar.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Tá, que é normal e que é natural se comprometer 80%, se eu ganhasse quatrocentos reais, e o salário-mínimo não vai para quatrocentos reais, como foi apresentado pela Dra. Márcia no POF. Eu comprometer 80% com alimentação, transporte e habitação. E a gente sabe exatamente o que é isso! Todo mundo sabe o que é que passa a grande maioria das famílias brasileiras. Elas inclusive, preferem caminhar dois quilômetros para não ter que aumentar ou gastar um vale transporte, ou aumentar no seu orçamento doméstico. Não entraram aqui as tarifas, não entrou o que se gasta de educação, porque o poder público não necessariamente disponibiliza, como nós fizemos um debate uma vez aqui com o Senador Cristovam todas as alternativas de educação, não se entrou na saúde. Muitas famílias, muitas famílias pobres que se comparado com os nossos salários poderiam ser considerados miseráveis, elas têm um pequeno planinho de saúde, ridículo, mas ela tem um pequeno plano de saúde porque ela morre de medo de na hora da dor do parto, da doença crônico degenerativa do idoso, da febre do filho, ela não ter para onde demandar. Eu que sou uma pessoa absolutamente simples no vestuário, como é que se compromete 80% da coisa, e não tem vestuário, não tem medicamento, não tem lazer, não tem tarifas. Então, eu acho que essas coisas, elas são importantes que sejam pensadas. Do mesmo jeito, olha, as pessoas falam muito da, do que às vezes eu falo de forma irônica da verbosidade neoliberal, viu, Dr. Samuel. Mas, os problemas fiscais. Aí a gente vai ter concepções diferentes dos problemas fiscais. Eu não acho que essa é de política de responsabilidade fiscal, eu não acho. Alguém pode achar, pode ser um homem de bom coração, pode ser uma boa honesta intelectualmente dizer que essa é de política de responsabilidade fiscal. Eu acho que é de irresponsabilidade fiscal, irresponsabilidade social, irresponsabilidade administrativa. Um orçamento que você discursa para a sociedade, nós aqui que fazemos garimpagem orçamentária, sabe a Senadora Lúcia Vânia que fica lá gritando, brigando para poder ter uma migalha para o Peti, eu para a Educação infantil, para a Saúde. Você fala um trilhão, seiscentos e setenta milhões, brinca com a sociedade dizendo que está mexendo em orçamento, oitocentos e quarenta milhões são intocáveis só para a rolagem de dívida?! Como eu não posso aceitar que se fale em problema fiscal da previdência pública, da seguridade social. Não aceito! Tirem as patas do dinheiro da seguridade social! O governo que tem que tirar! Eu não aceito que se tire mais de 25% da seguridade social, da previdência, da assistência social, da saúde, e depois vá dizer que tem déficit. Portanto, não pode aumentar o salário-mínimo porque aumenta o piso para a assistência social e porque vai aumentar o impacto nas contas públicas em relação à

aposentadoria, alto lá! Nós estamos brigando no FUNDEB para tirar da educação porque tiram de tudo. Como eles tiram lá em cima na arrecadação, então ele tira da educação, da saúde, da segurança pública, da assistência social, do transporte, do saneamento. Então fica muito difícil para que a gente aceite esse tipo de política se escorando no problema fiscal. Não! Nos escoremos no problema econômico, orçamentário, financeiro, fiscal. Agora, tem que tomar posições. Não dá para fazer. Outra coisa, a Deputada Nair estava falando inclusive sobre isso. Eu acho que tem uma coisa que é importante, aumentar o salário-mínimo potencializa a dinamização da economia local? Tirando a visão fiscal porque eu não aceito a visão fiscal como desculpa. Tudo bem, alguém pode dizer: Oh, mas é essencial. Tem que ter a desvinculação de receita da União, tem que ter a DRU, é essencial para compor o superávit. Enquanto desonera o setor, aumenta a carga tributária no setor produtivo e no assalariado uma brutal transferência de renda do assalariado e do setor produtivo para a política da especulação. Agora piorando mais ainda as duas últimas propostas, inclusive aumentando a vulnerabilidade externa do Brasil, potencializando que os dólares da exportação, ao invés de garantirem o equilíbrio nosso demandem pelo mesmo caminho do setor especulativo, então nós temos que responder isso. O aumento do salário-mínimo, ou na assistência social, o aumento do salário-mínimo, ele dinamiza a economia local? Ele gera emprego, gera renda? Aumenta a arrecadação? O impacto que isso tem no meu Nordeste, o impacto do salário-mínimo é maior, o comércio funciona, a vida do nordeste funciona com a minúscula e terrível aposentadoria, mas tem mais impacto na vida das cidades, sentido, não é só demonstrado estatisticamente, sentido. Se você perguntar qualquer bodegueiro, padeiro, dono de comércio, ele vai dizer: "Eu sei quando o INSS pagou! Eu sei quando o aposentado pagou muito mais do que as parcelas do fundo de participação do município". Então o que temos que discutir é isso. Dinamiza a economia local, gera emprego, gera renda? Porque esse debate do gradualismo, eu nem vou dizer o que compra com esse salário-mínimo, dos trezentos e setenta reais, para eu não lembrar aquela história que eu ainda era piveta, criancinha, mas falava lá da história do Pasquim perguntando ao Ministro da Economia sobre o que comprava o salário-mínimo. Então quando eu achar, quando eu achar que posso viver, eu e meus filhos, quando eu achar que posso viver comendo um pãozinho francês bem pequenininho, porque eu não vou recordar a minha infância para justificar a miséria hoje. Passou, passou. Eu não quero que meus filhos tenham a infância que eu tive. Eu não quero que as crianças de hoje tenham a infância que eu tive, de pobreza, de sofrimento, não quero. Então eu tenho que pensar assim: Eu posso viver com três cafezinhos o dia? Porque é isso que dá para pagar o salário-mínimo. Três cafezinhos ao dia e três pãezinhos, e dois dos quatro membros da família poderão tomar quatro cafezinhos, cafezinhos, desse aqui ao dia e um pãozinho francês daquele pequenininho. Entendeu? Então é nesse sentido que eu faço, desculpe o exagerado entusiasmo, mas é porque realmente isso debate da responsabilidade fiscal, social, administrativa, isso realmente nos obriga a ter uma, uma discussão diferenciada. E é nesse sentido que eu solicito a colaboração de todos os palestrantes sobre o impacto do aumento do salário-mínimo ou do aumento da assistência social na dinamização da economia local, na geração de emprego, na geração de rendas, no aumento da arrecadação, naquilo que pode significar efetivamente novos e melhores dias para a nossa população.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Boa tarde a cada um, senadores, senadoras, demais pessoas. Eu queria, em primeiro lugar, tirar, ver se o Dr. Samuel me atende uma curiosidade. Naquele último quadro tem dois países que se destacam muito, um para cima e outro para baixo. Um cujo salário-mínimo, ou seja, a relação dos *logaritmos* está bem acima da média e outro está bem abaixo. O senhor sabe quais são os dois países? Não, não é?

SR. SAMUEL PESSOA: O de cima eu não sei.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O de baixo é China.

SR. SAMUEL PESSOA: Mas eu, com certeza, posso lhe enviar, Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Para ver qual é o milagre de conseguir isso. Agora entrando nas colocações, eu quero insistir que o papel dessa comissão deveria não ser apenas ter uma política, Senador Paim, para aumentar o salário-mínimo, mas ter uma política para que ninguém fique excluído do salário-mínimo. Porque a gente esquece que há milhões que nem salário-mínimo têm. Nesse sentido é que eu acho o estudo do Paes de Barros e de outros, em que eles olham a pobreza não apenas de quem ganham o salário-mínimo, mas também daqueles que não têm salário, zero. Eu acho que deve ser também uma tarefa dessa comissão. Porque senão a gente está defendendo a parcela pobre que já tem salário e ignorando milhões de pobres que nem salário têm. Não adianta aumentar o salário-mínimo para resolver a pobreza se a gente não inclui todos, no universo dos que recebem pelo menos o salário-mínimo. E eu não tenho escutado isso aqui nas falas. O segundo, é uma colocação e depois eu pergunto. Eu creio que também não está trabalhando o salário-mínimo indireto que às vezes pode elevar ainda mais o bem-estar do trabalhador, como investimentos na educação, na saúde, creches públicas, transporte público de qualidade a preços subsidiados, baixos. A tarifa zero --

[Soa a campanha].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A tarifa zero, que quando a Prefeita Erundina uma vez falou, escandalizou o Brasil, teria um impacto maior do que o aumento do salário-mínimo. A educação de qualidade para os filhos de todos os brasileiros tem um impacto muito maior sobre o salário-mínimo no médio prazo, do que o aumento do valor nominal da renda que vem do salário-mínimo. Ou seja, eu gostaria de insistir que a gente trabalhe também à parte do salário-mínimo que não vem no contracheque do trabalhador. Porque eu creio que se a gente esquecer isso nós não vamos atender plenamente. A Senadora Heloísa Helena lembrou que são três cafezinhos por pessoa. Mas se a gente aumentar 100% passa a ser seis cafezinhos. Não muda. Muito bem, Senadora, eu não tenho dúvida que é um salto para quem tem três, mas é irrisório do ponto de vista da qualidade de vida ainda. A gente não pode pensar só de que é melhor uma esmola de um real do que de dois. Eu não estou contra isso --

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Não, se é alguém que não gosta da política de esmola sou eu.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso, muito bem.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Até porque lembro de muitas coisas na minha vida.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Se é alguém que não gosta da política de esmola, ou institucionalizada ou formalizada com nomes mais bonitos, realmente sou eu, Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E eu tenho certeza disso, por isso que eu acho que estou de acordo com a sua, quando apresentou a idéia da creche pública, que há uma parcela do bem-estar, da qualidade da população que tem que vir além do salário-mínimo. Eu sou favorável a aumentar de três para seis cafezinhos, mas eu sou favorável que, além disso, se pague bem aos professores dos filhos dessa população, que se garanta que a merenda dessas crianças é de qualidade, que o horário vai ser integral para essas crianças, porque é a única maneira da gente ter mais adiante um salário-mínimo sem essas amarras que a gente tem não das estatísticas, mas da aritmética, muitas vezes. Então eu quero insistir que além de buscar universalizar o salário-mínimo é preciso ampliar o conceito para além da folha de pagamentos. Ou seja, faz parte sim do papel dessa comissão discutir os investimentos sociais. Agora, finalmente, eu tenho uma pergunta ao Dr. Samuel, porque lamentavelmente não assisti as anteriores. É quando ele, o senhor falou, o Sr. Samuel, que o Brasil de fato é uma posição muito terrível no seu primeiro desenho, a posição do Brasil na relação de quanto se gasta per capita com os que têm mais de 65 anos. Mas eu gostaria de saber quanto é que esses que têm mais de 65 anos pagaram a previdência ao longo da vida. Ou seja, comparar o Brasil com outros países. A contribuição previdenciária aqui é compatível com aquele aumento dos benefícios ou não? Porque eu não tenho informação, realmente é

uma pergunta de quem não está sabendo. Porque se de fato a contribuição for maior é até natural, embora não muito inteligente, que os benefícios sejam maiores. E, finalmente, é uma constatação que aquela comparação salário-mínimo pelo PIB, ela não basta do ponto de vista social no Brasil por causa da concentração de renda. Se a gente pega um país com boa concentração de renda, onde a diferença entre o maior e o menor salário é pequena a proporção salário-mínimo/PIB pode ser até pequena e a qualidade de vida do trabalhador pode ser alta. No caso do Brasil, como a desigualdade é abismal entre o salário maior e o menor, eu nem falo nos juros, nem falo nisso, falo nos próprios salários, como hoje estão tentando fazer com que o Poder Judiciário ganhe menos do que até vinte e cinco mil reais, o que para qualquer europeu é uma surpresa total que haja esse salário no Brasil e americano também. Então, eu creio que aquela informação precisa ser corrigida também levando em conta ou o índice de Deaner(F), ou alguma outra fórmula de tomar em conta a concentração de renda no Brasil. Senão a relação salário-mínimo por PIB per capita não reflete a realidade do ponto de vista social e da justiça no Brasil. Essas são as colocações e as perguntas que eu tenho.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Eu queria, eu também tinha me inscrito, antes de assumir a presidência, mas vai ser, a minha intervenção vai ser rápida e é funcional em relação aos trabalhos da comissão. No caso do IBGE seria, eu gostaria de saber se essa pesquisa de 2006, que começa então em julho, para ser comparável com a anterior, não é, e se for feita por trimestre termina em outubro, a partir de outubro talvez; se nós poderíamos, a comissão, ter alguma indicação dos resultados zero. Porque nós vamos, nós gostaríamos de terminar os trabalhos este ano e com dados de realidade nós estaríamos muito melhor assegurados daquilo que vamos propor. E ao professor Samuel, eu gostaria de propor uma dúvida, o senhor compara 2004 com 2006 e fala que: Olha, deve ser meio parecido. Mas o salário-mínimo no Brasil, nesse governo, ele aumentou mais justamente em 2005 e 2006. Isso pode dar uma distorção que talvez precisasse ser verificada no seu gráfico, e as conclusões não seriam tão as mesmas que o senhor tomou. Bem. Passar agora para o nosso relator--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depois responde tudo em bloco.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Boa tarde a todos. Dra. Márcia ao meu lado, Dr. Guilherme, do IPEA e Samuel da FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Eu vou ser muito franco nas minhas posições. Dr. Samuel, eu fiquei preocupado, lhe confesso que fiquei preocupado. Na projeção que o senhor apresenta, a primeira coisa que eu li ali em cima, salário-mínimo não deveria existir. Estava escrito lá e eu li daqui.

[risos]

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Bom, por que preocupado? Eu vou tentar ser rápido. Num país como o nosso onde ainda, infelizmente, é selvagem a luta capital/trabalho nós admitirmos que não tem que ter um parâmetro mínimo para permitir que o trabalhador ganhar 200, 300, 400, 500, não entro no mérito, eu acho que é inadmissível, seria a Lei do cão. Seria jogar os trabalhadores aos leões. Essa é a realidade. E veja bem, não são todos os empresários que pensam assim. Mas nós sabemos que o mundo real é esse. Como a gente fala: O mundo real, lá no chão, é esse. Um país que ainda continua sendo denunciado na OIT com trabalho escravo! Como é a que gente vai não ter nem sequer o salário-mínimo? Um, dois, desvinculação do salário-mínimo dos benefícios é necessário, também me assustou. E vou dizer porque. E quanto aos nomes que o senhor colocou ali, quase todos nós já tivemos debates com eles, todos. E tudo em posição antagônica ao que nós pensamos. Eu acho outro equívoco essa questão também. Como é que eu vou desvincular o benefício mínimo do salário-mínimo? É como se o idoso ou o aposentado e pensionista não tivesse o direito nem sequer de ganhar o salário-mínimo. E alguém poderia dizer: Não, mas se nós fizermos isso vai elevar o salário-mínimo de quem está na ativa. Não é verdadeiro. Por que é que não aumenta os pisos regionais então?! Por que, eu não vou nem falar nos pisos regionais que a Lei em nenhum estado, nenhum não, a não ser Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul nenhum outro estado aplica. Eu vou falar do piso das categorias. O que proíbe o empregador aumentar o piso das categorias? Nada proíbe, mas não aumenta! Os pisos são irrisórios também. E a referência para os pisos aumentarem ainda acaba sendo o salário-mínimo. Então não há razão nenhuma para desvincular alegando que

desvinculando do mísero salário-mínimo vai permitir. Existem números instrumentos legais para que o piso das categorias, os pisos regionais subam, mas não sobe. Tem um dado que o Ministro do Trabalho apresentou aqui que diz o seguinte: "A época que o salário-mínimo foi mais alto no Brasil se pegarmos os últimos vinte anos, vinte anos, não é, foi em 1985", antes da desvinculação, que diziam para nós, e eu fui constituinte, eu repito essa frase de novo: Se desvincular o salário-mínimo vai subir. Foi desvinculado com a carta de 87, 88. Daí o salário-mínimo despenca para baixo, só pode despençar para baixo, não é? Essa foi boa minha, despençar para cima não dá.

[risos]

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Mas é o momento aqui.

[Manifestação fora do microfone].

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Não, porque eu fiquei um pouco, até meio que, como é que eu diria, baqueado aqui com essa argumentação. Não distribui renda. Se o salário-mínimo, qualquer economista no debate sabe que o salário-mínimo é o farol da economia, e é isso que muitos não querem. Ele é o farol da economia, eu digo em matéria de distribuição de renda pisos regionais que repercute aí, salário desemprego repercute aí, Salário-Família repercute aí. É difícil nós vermos qual o componente da distribuição de renda que não tem como parâmetro mínimo o que foi dado para o salário-mínimo. Bom, agora não quero nem entrar aqui, eu quero entrar nos dados da OIT que eu me assustei também. V.Exa. disse que o Brasil é um dos países que tem um dos maiores salários, o senhor coloca historicamente, eu tenho aqui dados baseados no PPP, com base no poder de compra, poder de compra. Veja bem, eu tenho aqui do ano, mas naturalmente acompanhou o crescimento, a Argentina quatrocentos e quarenta e três dólares, Bolívia, cento e trinta e seis, Brasil, duzentos e catorze, Chile, trezentos e vinte e um, Colômbia, quatrocentos e dois, Equador, cento e setenta e três, eu não sou dando os centavos aqui, Paraguai, quinhentos e oitenta, Peru, duzentos e cinqüenta e oito, Uruguai, cento e dez, Venezuela duzentos e três. Vamos pegar agora de outros continentes, África do Sul, trezentos e cinqüenta e quatro, Alemanha, um mil quatrocentos e sessenta e cinco, Austrália, um mil e quatrocentos, Canadá mil, China, China, que V.Exa. falou aqui, China duzentos e vinte e sete dólares e cinqüenta. Em matéria de poder de compra, o poder de compra do povo chinês é maior do que o nosso. E o empresariado tem a mania de dizer que a concorrência é desleal porque na China se recebe um salário bem mais aviltante do que o Brasil, não é verdadeiro. Nem vou falar aqui Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, que aí em resumo é tudo acima de mil dólares, Japão, oitocentos e quinze. Vou dar um dado aqui também, México, que até me preocupou, eu achei que fosse mais no México, por isso que eu vejo que tantos mexicanos querem atravessar a fronteira, cento e trinta e um dólares o salário do México. Suécia um mil e duzentos, Suíça mil duzentos e pouco. Mas eu vou um pouquinho além agora. Falo em desvinculação, tem uma tese a desvinculação meio solta por aí. Os benefícios reajustados pela inflação acima do salário-mínimo, não estou nem falando em salário-mínimo. Chile, Colômbia, Venezuela, Peru, Inglaterra, Itália, é pelo custo de vida, reajustados pelo valor do salário-mínimo. Ou seja, o salário-mínimo ganha quinze, Equador e México também recebem benefícios que são reajustados de acordo com quem está na ativa, Uruguai e França. Então, eu acho que nós teríamos que, como, aí na contramão da história. Eu diria, o contrário, nós temos é que vincular sim. Eu, como constituinte, votei contra a desvinculação na época e fiz certo, e se eu pudesse hoje eu vincularia de novo. Ficam essas preocupações no ar. Entendo, eu, que o salário-mínimo é o melhor distribuidor de renda que existe. E é uma referência que a gente não pode desconhecer e tem um dado que eu coloquei outro dia, mas vou deixar para os senhores que aquele, já se falou tanto em PIB aqui. É justo que o PIB, desde que o salário-mínimo foi criado lá em 42, não é, até hoje, subiu 520% ou 530% e o salário-mínimo caiu 70%. Teria algum problema em vincularmos o PIB? Eu falo o dobro do PIB, sou franco, eu falo o dobro, dobro porque há todo um passado acumulado que tem que recuperar. Se o salário-mínimo naquela época fosse vinculado só ao PIB, não ao dobro como eu falo hoje, ele teria um crescimento de mais de 500% e tem 70% a menos. Então essas preocupações não têm como a gente não levantar aqui para o debate com os senhores que vão ter direito agora a fazer uso da palavra. Nós gostaríamos muito de

construir uma política de recuperação permanente de salário-mínimo, e que não desconsiderasse a situação dos 22 milhões de aposentados e pensionistas, que estão anualmente reduzindo o seu poder de compra. Essa é a última frase que eu vou falar e, veja bem, todo mundo sabe aqui que a minha posição inclusive é muito dura em relação ao salário-mínimo. Tanto que eu votei, se não me engano, contra os primeiros dois anos do governo Lula, porque eu defendia a segunda tese, a seguinte tese, o salário-mínimo poderia ser reajustado conforme a inflação ou o dobro do PIB. Pois bem, se pegarem agora os últimos dois anos, foi mais que o dobro do PIB e não deu impacto nenhum na economia negativo. Se você pegar a média de 2004 e 2005, ultrapassou a proposta que eu defendia lá atrás. E a pergunta que eu faço: Deu impacto negativo na economia? A previdência faliu? Aumentou o desemprego porque nos últimos dois anos, se pegar a média, porque esse ano foi mais do que o dobro do PIB e o ano passado foi próximo ao dobro do PIB. Então se nos últimos dois anos foi possível dar o correspondente, eu diria um pouco mais até do que o dobro do PIB, qual é o impacto que deu negativo na economia? Impacto negativo nenhum. Se nós analisarmos é outra história, sim é taxa de juro, claro, é superávit primário é queda do dólar no mercado de exportação, principalmente no Vale do Sino é a questão do desemprego, por exemplo, é um outro debate. Mas daqui a pouco o culpado de qualquer caos na economia vira o salário-mínimo. Pelo contrário, o salário-mínimo para mim ele contribui para reativar a economia e o mercado local, como foi colocado. Encerrei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Vamos então dar um tempo para cada participante convidado possa fazer considerações finais, a partir das colocações dos senadores e deputados e desejar pedindo que, se possível, encaminhem o material utilizado nas exposições para o nosso Relator, para que possa constar dos nossos trabalhos. Começar pela Dra. Márcia Maria Mello Kinsler, deve ser assim.

[risos]

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: É a parte mais difícil, não é? Bom, eu vou começar por uma observação geral se percebo em vários comentários, não é só aqui nessa comissão, mas dos usuários importantes e fundamentais das estatísticas como são os senhores, não é? É um pouco aquela, aquela linha de raciocínio de que os números são frios. Um número, quando ele representa uma informação estatística da condição, não é, de uma população, vamos até abstrair porque nós estamos falando do nosso país, nunca é frio. Ele tem, ele relata ali dentro condições e situações sobre as quais nós, cidadãos, devemos agir de alguma maneira, não é, é assim que eu entendo que os números precisam ser encarados. Isso sem contar que os números que são disponibilizados pelo IBGE e estudos pelas outras instituições de pesquisa, eles relatam muitas vezes realidades assim muito duras. Os números mesmo que eu apresentei são números muito, muito afirmadores de situações muito críticas, que estão aí para serem tratadas e avaliadas. Eu estou fazendo esse reparo, não é uma questão de defesa da nossa atuação não. É mesmo para alertar de que essa falsa frieza de uma estatística que está relatando uma situação real, a gente deve um pouco evitar essa interpretação, de que, de que é uma informação fria, não é? Talvez saia um pouco do tema, mas eu queria marcar isso porque me parece assim que é uma questão que, quer dizer, uma frase que eu escuto assim com muita frequência e, na verdade, as estatísticas estão aí para homogeneizar a nossa compreensão dos fatos. Claro que se você perguntar para mim, para ele, para ele, cada um vai ter uma percepção. Mas são metodologias para que a gente consiga ter uma visão sintética, organizada dos fatos que estão longe de serem frios. Então esse era um ponto que eu queria marcar. Outro ponto com relação a POF, vou até começar de trás para frente, a pesquisa 2006/2007, na verdade ela vai iniciar a então em campo em outubro e não em julho, por uma questão de disponibilidade orçamentária. A comparação virá pelo fato de que nós vamos ter doze meses de pesquisa da mesma forma e aí nós podemos fechar um ciclo completo de doze meses da mesma maneira. Mas não vai, não foi viável o início em julho de 2006, não será viável. Já sabemos que não. Estamos trabalhando com essa data de outubro de 2006, como data viável para o início de realização. Independente disso nós não teríamos como, ainda, dar suporte até o final do ano a essa comissão com relação a esses dados. A gente não teria dado disponível mesmo que fosse julho, muito provavelmente não teríamos condição de fornecer novos dados. No entanto eu queria insistir naquele ponto, quer dizer, um dado

de 2002/2003, ele ainda é um dado assim, bastante revelador de uma realidade muito recente. Então é, eu acho que ele segue sendo útil. Com relação ao rendimento que foi uma pergunta do senhor, porque na verdade como a apresentação, a apresentação era uma apresentação muito curta, eu fiz um apanhado daquelas informações que me pareceram mais pertinentes ao tema aqui. Com relação ao rendimento a POF mostrou a parcela principal do rendimento, quem sabe o Ministro do trabalho 60% do rendimento vem do trabalho, não é? Com uma parcela forte vinda de transferências que é a previdência social, 15%, então 75% entre trabalho e previdência, ou seja, tudo de alguma forma relacionado a essa discussão aqui. Quer dizer, a fonte de rendimento principal das famílias brasileiras trabalho e previdência. Então isso é um ponto que a POF indica. E temos muita informação sobre a renda. Eu trabalhei com a variável renda sim, mas classificando as informações, não é? Por grupo de rendimento, o que acontece. Então, não trabalhei tratando essa variável específica. Isso é uma questão. Com relação à pesquisa que foi solicitada que nós apresentássemos aos senhores, eu vejo o seguinte, ela pode ser uma pesquisa muito útil, primeiro, para criar uma percepção, um dimensionamento do que seria um mínimo necessário. Do que é que seria justo imaginar e, dado que a gente tem a idéia do que as famílias consomem e se entende que um algo seria um mínimo a ser consumido, o que seria, que valor de rendimento familiar levaria a esse mínimo necessário? Essa é uma informação possível nas avaliações em estudo construir. E a outra avaliação é dimensionamento do que é de fato adquirido, não é? Essa mensuração mais concreta do que é adquirido com o valor, na verdade, do salário-mínimo naquele momento de janeiro de 2003 era duzentos reais, não é? Mas parametrizar o que é que era isso. Eu quero chamar a atenção a um fator que o Senador Cristovam Buarque comentou que o tempo inteiro, aquele rendimento que eu apresento é o rendimento familiar. Como, em geral, o rendimento das famílias vem de mais de uma pessoa, não é, essa tem sido a realidade brasileira, quando eu estava apresentando informações que correspondiam a rendimentos menores ou iguais que quatrocentos reais, provavelmente as pessoas que compõem aquela família individualmente ganhavam o mínimo ou menos que o mínimo. E estou plenamente de acordo com o seu comentário que a conclusão que o Paes de Barros chegou passa por essa questão de que muitos brasileiros sequer recebem o salário-mínimo. Então, essas transferências de renda entram mexendo muito naquele, naquele segmento muito vulnerável da população, o que não invalida a sua argumentação. Mas é verdade, não é? A gente tem que lembrar que é por aí que vem a conclusão dele, imagino. Me pareceu pelo gráfico apontado. A outra pergunta foi bastante específica que foi com relação a todas as classes recebendo calorias necessárias. Na verdade, em termos totais de calorias não foi isso que eu mostrei não. Nas classes de rendimentos mais baixos a evidência que no domicílio não há o consumo das calorias necessárias, não é? Não foi isso que a pesquisa mostrou. O que, o que foi comentado é que em termos de um determinado macro nutriente que é a proteína, por conta do país que nós vivemos que existem condições que propiciam que percentual de proteínas que está ali dentro daquelas calorias, é um percentual dentro de uma recomendação internacional aceitável. Agora, em nenhum momento eu disse, houve um entendimento acho que foi seu, não foi isso. Então eu acho que fui pouco clara, depois eu posso até mostrar a tabela específica para clarear a sua dúvida. Não é isso. Em termos totais, nos rendimentos mais baixos o que se evidenciou na pesquisa é que no domicílio não se alcança hoje é... O total de calorias recomendáveis. É... Eu acho que, com relação aos pontos colocados para nós do IBGE, acho que são esses os pontos que eu teria a comentar. Não sei se atendeu.

[Aplausos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado. Obrigado Dra. Márcia, queria passar para o Dr. Guilherme Costa Delgado, do IPEA.

SR. GUILHERME COSTA DELGADO: É, eu vou. Na realidade foram muitas questões que foram colocadas eu vou começar pela primeira abordagem do Deputado Zimmerman a respeito dos limites, que limites têm digamos, uma política de salário-mínimo e que conseqüências teria, por exemplo, uma proposta, ele até citou reajustar imediatamente 100% o valor do salário-mínimo, não é? Depois eu vou tentar também me colocar nas, nas posições, nas perguntas feitas pela Deputada Clair, principalmente sobre essa questão, acho que até um pouco confusa que está posta aí se há melhoria na

distribuição de renda segundo os dados da PNAD. Isso é uma, uma confusão muito razoável que está sendo posta na, na mídia. Terceiro a Senadora Heloísa Helena colocou várias questões, inclusive a questão da dinamização, o efeito de dinamização do salário-mínimo nas economias locais e várias outras questões, que eu vou tentar tocar. Bom, vamos, nessa primeira que eu acho que essa é uma questão muito importante. É... Vejam, na, na política, talvez falando aqui para professores, não se faz nada gratuitamente. Então se você tem duas propostas sendo disputadas, não é, a proposta de reajuste de salário-mínimo e uma proposta que vem pelo outro campo, o campo conservador, que é desvincular salário-mínimo de piso de benefício, essa proposta está claramente colocada aí na mídia. Que, aliás, repercute sistematicamente e orquestradamente apresentando como inevitável e já preparando as condições para o que seria uma reforma da previdência 2007. Então, se essas questões não são devidamente cotejadas, na realidade, eu posso estar, sem eu querer, jogando no outro time, não é, quando eu apresento uma proposta de colocar toda a ênfase distributiva no salário-mínimo. Portanto eu vou criar problemas fiscais que não são inventados, são reais mesmo e na realidade o outro lado vai se aurir dessas conseqüências dizendo: Está vendo, a desvinculação é mais necessária ainda! Então eu diria o seguinte, por essas razões e por várias outras, eu não defendo políticas de reajuste abrupto porque distribuição de renda não se faz por, por mudança abrupta. Se fosse assim feito, novamente o Deputado Zimmerman relembra o episódio de 52, não é? João Goulart fez o reajuste de 100% do salário-mínimo. Qual foi a conseqüência imediata? O manifesto dos Coronéis e que levou o Presidente Getúlio a demiti-lo, não é? Numa época em que o salário-mínimo tinha um impacto muito menor na estrutura de formação da renda, tanto do trabalho quanto da seguridade que nem existia, na realidade você tinha um sistema de previdência muito pequeno, muito corporativo, muito restrito e sem nenhuma vinculação com o salário-mínimo. Então, na realidade o seguinte, outro dia eu recebi de alguns economistas amigos meus uma proposta para assinar um manifesto que tinha essa, essa tese. Eu digo: Não, com essa tese eu não assino. Porque, na realidade, eu tenho responsabilidade intelectual porque tudo o que eu estou dizendo aqui eu escrevi nesse texto aí que está: Salário-mínimo e distribuição de renda que o Deputado Zimmerman tem aí que fruto de um seminário que fizemos na UNICAMP e que está claramente explicitado, ou seja, nós, para fazer uma política de reajuste real do salário-mínimo a longo prazo, nós temos que cotejar o sistema de influências que o salário-mínimo tem hoje, que é diferente da época Vargas. Pois se nem na época Vargas foi possível, não é, imagine agora! Em que você tem uma, digamos assim, uma forma de inserção do salário-mínimo na política de direitos sociais muito mais forte do que fora no passado. Na realidade, o setor formal e o setor informal que é, que constitui o mercado de trabalho e para a qual o salário-mínimo foi feito, eu diria hoje que é menos importante do ponto de vista da distribuição de renda do que o setor inativo da economia. É nesse que é o salário-mínimo influi fortemente na distribuição de renda. Não é por outra razão que o campo conservador está claramente colocando a desvinculação de salário-mínimo como peça essencial da reforma da previdência que eles preparam para 2007. Depois da elevação do limite de idade, não é? Então eu não posso ignorar essa realidade da política, embora eu não seja político, mas todos nós um pouco fazemos de tudo na vida. E ao pensar essas coisas, nós também temos que levar em conta. Em relação a uma das questões colocadas pela Deputada Clair. Vejam, está se criando uma confusão grande na mídia, outro dia eu vi um jornalista da Folha de São Paulo: Ah, debate da desigualdade não existe mais, afinal de contas, a distribuição de renda, segundo os dados da PNAD está constando uma melhora significativa etc., etc. Meu Deus do céu! Os dados de renda pessoal da PNAD, elas pegam apenas renda do trabalho e a renda da seguridade e uma fatia muito pequena, muito pequena de juros, de rendimento do capital porque não consegue captar mesmo. Não pega nada de renda das pessoas jurídicas, só das pessoas físicas. Portanto, não entra nenhuma parte de juros, não entra os lucros não distribuídos ou mesmo distribuídos pelas pessoas jurídicas. Não entra, ou seja, toda a parte do capital não está lá. Aonde entra a renda do capital é nas contas nacionais, é na outra estatística do IBGE. Ou seja, a renda nacional, relação trabalho capital distribuição funcional da renda, essa só tem piorado. Meu Deus do céu! Como é que você paga a maior taxa de juros do mundo com a dívida pública que é cinqüenta e poucos por cento do PIB e quer melhorar a distribuição de renda? Pelo contrário, a

distribuição de renda está pior, tem piorado do ponto de vista da distribuição funcional. A confusão que está posta, Deputada Clair, é que quando se olha só para a fração da renda que é PNAD, Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílio levanta, que é renda do trabalho e da seguridade, como a renda da seguridade melhorou, não é, isso aqui nós temos que ter clareza. Melhorou o impacto da renda da seguridade na renda das famílias, por conta da aplicação das regras constitucionais. Então isso coloca alguma melhoria na renda pessoal, mas não na renda nacional. A renda nacional, quando eu colocar toda a outra distribuição de renda para empresas e titulares do capital, continua muito concentrada e mais ainda, principalmente pela política de juros praticada pela dívida pública. Senadora Heloísa Helena, as observações que a senhora fez sobre o impacto do sistema de aposentadorias e pensões, que em grande parte, no caso rural, 100% vinculada a salário-mínimo são completamente pertinentes e justas. Esses resultados inclusive nós apresentamos nesse trabalho, e lá no IPEA fizemos uma, um inquérito em seis mil domicílios, três mil domicílios da região sul, três mil da região Nordeste e a evidência do efeito distributivo da previdência rural que é toda ela de salário-mínimo é gigantesca. Ou seja, esses dados de melhoria da renda pessoal, que circulam aí na mídia conservadora, não dão a causa. A causa disso são os benefícios da seguridade social vinculados a salário-mínimo. Não é Bolsa-Família não. Aí existe um grande equívoco inclusive estatístico. Bolsa-família hoje, que eu, aliás, sou favorável, não tenho nada contra, mas Bolsa-Família no orçamento da seguridade social representa 3% do gasto, 3% do gasto. Um orçamento da seguridade social do ano passado em torno de duzentos e trinta e seis bilhões, tem pagamento de Bolsa-Família de algo em torno de seis, seis e meio bilhões. E Bolsa-Família paga setenta, noventa reais por pessoa. Então, na realidade, eu continuo dizendo que sou defensor de programas como o Bolsa-Família, porque nós temos uma pobreza tão grande que você não consegue apenas pela política social e nem pela política do trabalho, você não consegue afetar a imensidão da pirâmide pobre. Então fazer programas focalizados, fazer programas complementares é completamente necessário. Agora, dizer que é isso que está mudando a distribuição da renda pessoal, isso é completamente equivocado. E quem, um pouco olhar os números da, das estatísticas de seguridade, de PNAD etc. fizer as contas direitinho vai ter que não tem o menor sentido. Quem impacta um pouco a melhora de renda pessoal são os benefícios exercitados por iniciativa do cidadão que é o pensionista, o aposentado, que é o homem do SUS, que é o homem da educação fundamental, que exercita direitos universais. Isso sim tem impacto relevante do ponto de vista da renda monetária e da renda não monetária. Bom, eu acho que no fundo era isso que eu queria colocar. Claramente vocês vejam que as abordagens ditas técnicas aqui, não é, na realidade cada qual tem uma, tem uma orientação. Ela precisa se justificar para não ser puramente opinativa.

[Aplausos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Agradecendo ao Dr. Guilherme Costa Delgado passo para o professor Samuel Pessoa.

SR. SAMUEL PESSOA: Obrigado, Deputado Barelli. Bem, estou com um monte de questões, não sei nem direito por onde começar. Estou aqui num papel pouco confortável porque eu sou economista neoliberal de plantão. Eu vou desempenhar esse papel, tudo bem. Eu quando dou aula de --

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Mas tenha a certeza que terá a nossa admiração até por assumir essa condição. Porque o que eu desprezo com veemência, tenha a certeza, que não é quem assume as suas posições, Dr. Samuel.

SR. SAMUEL PESSOA: Então, quando eu dou, às vezes, faz tempo que isso não ocorre, mas algumas vezes na minha vida eu dei o curso de Introdução em Economia na USP, quando era professor da USP e esse é o curso mais difícil que tem, porque é o primeiro curso, a gente pega os alunos no primeiro semestre, os alunos não estão muito enquadrados ainda, então os alunos são mais, muito criativos, fazem pergunta. E a primeira coisa que eu digo para os alunos é que economia é uma ciência lúgubre, o economista é aquele cara super inconveniente, enquanto no mundo todo mundo tem os seus sonhos, os engenheiros querem construir, os arquitetos querem projetar, o economista é aquele cara inconveniente que sai por aí dando preço das coisas, não é? E

é uma posição superpouco confortável, é um pouco nessa posição que eu estou aqui. E é assim, nessa posição de, eu costumo dizer nessa primeira aula que a única profissão que não existe no céu é a economia, as outras profissões existem no céu, no paraíso.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Não, eu tenho a impressão que Senador, Deputado também não está existindo mais não.

[risos]

SR. SAMUEL PESSOA: Depende do ponto de vista. Então eu acho que tem uma questão interessante que eu acho que o debate no Brasil hoje é de um nível muito mais alto do que era há vinte anos atrás, por exemplo, é esse hábito que a gente tem de ficar olhando o orçamento. Eu acho esse hábito muito bom. E acho que a primeira coisa que a gente devia olhar é primeiro saber o número, depois eu vou para uma questão um pouco mais conceitual. Mas olhar o número da conta de juros. Acho que essa é uma conta que a gente devia fazer, porque evidentemente a conta de juros é das contas mais pesadas e sempre que a gente olha outras contas que também são pesadas do ponto de vista fiscal, em particular a previdência é a mais pesada delas a gente sempre pensa: Poxa, mas por que não reduz os juros? E eu já vou enfrentar essa questão dos juros, com vista conceitual, mas vamos primeiro olhar o número para a gente ter uma idéia do que é que nós estamos falando. A relação dívida/PIB é 50%. Vamos imaginar uma taxa de juros, eu sou péssimo para conta. Então vamos pegar tudo número redondo que é como eu consigo fazer conta. Uma taxa de juros de 20%, que foi mais ou menos o que vigorou esse ano. Então se nós aplicarmos 20% sobre 50% da dívida, a gente tem 10% de fluxo de gastos com juros, que é cavalari. A gente sabe que nesse fluxo de gasto uma boa parte são impostos que o governo arrecada, não é? Os impostos têm a alíquota de 20, tem Fundo de Pensão que tem isenção, tem alíquota de 15. Então vamos imaginar, para facilitar, uma alíquota média de 10%. Então, desses 10% do PIB que o governo gasta com a conta de juros, na verdade, 1% retorna, então na verdade, o desembolso do setor público, esse ano que os juros estiveram extremamente elevados foi 9% do PIB. Bem, nós sabemos que tem inflação. Esse ano a inflação foi aproximadamente 6%. Então uma pessoa tem um título público, título público é denominado unidades nominais. Então uma parte da remuneração que o governo fez, desembolsou por esse título é correção monetária da dívida. E do ponto de vista tanto do governo como do ponto de vista da pessoa que recebe não é um gasto. Tá, quer dizer, uma parte do desembolso que o setor público faz com o pagamento de juros nominais não constitui um gasto. Então eu tenho que desses 9% do PIB retirar aquela parte que corresponde à correção monetária da dívida pública. Então se nós imaginarmos uma relação dívida/PIB, de 50%, uma inflação de 6, 6 vezes 5, dá alguma coisa como 3, então 3% do PIB dessa conta desse ano foi correção monetária. Então, os gastos reais do setor público esse ano com pagamentos de juros, exclusive os impostos e correção monetária é alguma coisa da ordem de 6% do PIB. E é isso que nós estamos falando. E lembramos que esse ano, em particular, foi um ano em que o gasto esteve muito alto. O gasto esteve muito alto porque os juros estiveram altos. E os juros estiveram altos porque no final de 2004 nós presenciamos um repique inflacionário. Foi uma novidade. Eu, por exemplo, como analista eu não previa aquele repique inflacionário no final de 2004, início de 2005. Para mim foi uma péssima notícia porque a minha imaginação, a minha análise era que a produtividade da economia brasileira estava passando um período de grande crescimento, e que haveria espaço para reduções fortes dos juros ao longo de 2004, sem haver repique inflacionário. A minha surpresa foi que, apesar do BANCO CENTRAL estar reduzindo os juros no ano de 2004 a uma velocidade bastante cautelosa, todos os analistas, inclusive eu mesmo, criticava a velocidade de redução das taxas de juros, nós observamos, no final de 2004, um repique inflacionário. E esse repique inflacionário no final de 2004 foi por excesso de demanda. Quer dizer, quando a gente pega o índice de preço ao consumidor e abre só o componente de serviços. Ou seja, expurga do índice de preços ao consumidor todos os bens que são afetados pelo câmbio a gente vê que nós tínhamos uma inflação, no final de 2004, da ordem de 8% do PIB. Então não foi por outro motivo que o BANCO CENTRAL começou a subir os juros no final de 2004, porque o país passou por um processo de aceleração inflacionária produzida pelo excesso de demanda. E isso aconteceu porque tem alguma coisa na nossa economia que está mantendo a economia amarrada, a oferta da economia está dada. Ou seja, a nossa economia, se nós olharmos, olharmos ela nos

últimos anos, é uma economia o tempo todo a plena capacidade e qualquer excesso de demanda que a gente cria, qualquer adicional de demanda, isso vai para preços e a gente observa uma aceleração na inflação. Então essa é, do meu ponto de vista, do que eu vejo como analista macroeconômico, essa é a realidade da nossa economia. É uma economia que tem passado por uma carência de oferta, e nesse sentido não me parece uma economia com desemprego de fatores. Quer dizer, parece que nos últimos anos nós temos vivenciado uma situação que é muito diferente da situação keynesiana. Ou seja, o desemprego que existe na economia brasileira não me parece um desemprego macroeconômico aberto, ele me parece um desemprego microeconômico. Aí tem a questão: Por que é que o desemprego está caindo e a gente pode discutir isso, e eu acho que essa queda do desemprego nos últimos anos está associada, talvez a algumas mudanças microeconômicas que existiram no mercado de trabalho, banco de horas e outras coisas. Mas certamente, aumento do emprego está muito associado a esse crescimento exportador que nós tivemos nos últimos anos fruto de um fortíssimo choque externo positivo que a nossa economia sofreu. E a gente sabe que o setor exportador, ele é formal, ele emprega bastante e isso teve um impacto nas, nas estatísticas. Meu ponto é o seguinte, primeiro quando a gente fala na conta de juros a gente tem que ter um número na cabeça. Esse ano é alguma coisa por volta de 6% do PIB nos últimos 4, 5 anos é alguma coisa que oscilou entre 3 e 5%. Então esse é o espaço fiscal que nós poderíamos ter se nós, por exemplo, quiséssemos reduzir a zero os juros reais pagos. Ou repudiar a dívida, fazer qualquer outra política dessa natureza; é uma bela bolada, é uma bela bolada, mas é uma coisa menor do que as pessoas têm na cabeça. Eu acho que é importante que nós passemos a ter clareza desse número. Agora, porque que os juros estão altos? Quer dizer, os juros, eles constituem uma variável endógena na economia, como eu tentei explicar, o BANCO CENTRAL subiu os juros porque houve esse repique inflacionário. Affonso Bevilacqua ele não é um anjo maligno que gosta de ficar maltratando as pessoas ou fazendo os banqueiros ficarem mais ricos. Tem um sistema que funciona, que é imperfeito, mas até onde eu sei, conheço, é o melhor que a gente tem de meta de inflação. E dadas as regras de funcionamento desse sistema nos passamos por um repique inflacionário. Então eu acho muito difícil a gente experimentar sensíveis quedas na taxa nominal de juros e das taxas reais de juros, sem que a gente enfrente o problema dos repiques inflacionários que estão ocorrendo na economia brasileira nos últimos anos. E aí vem o problema da carga tributária. Como eu falei: O Brasil gasta com previdência e aposentadoria, pensões, alguma coisa como 12% do PIB. Isso é muito, em comparação internacional. O que é que tem na cabeça? Eu mostrei, por outro lado, um gráfico da evolução da produtividade total dos fatores da economia brasileira. A gente vê que nós estamos relativamente estagnados. Eu tenho, na cabeça, que tem um custo. Eu adoraria chegar aqui, sentar e dizer que o salário-mínimo poderia ser mil reais, que o benefício mínimo da previdência deveria ser dois mil reais. Adoraria fazer isso. Agora, o problema é que se nós fizermos isso, a carga tributária vai ter que aumentar mais ainda do que ela já está. E esse aumento de carga tributária vai ter um impacto sobre o crescimento possível da economia. E aí tem duas visões de mundo. Aí deixa eu colocar a minha visão de mundo é bem neoclássica. Eu tenho uma visão que é pequeno keynesiana. Uma visão keynesiana é uma visão que diz que a economia o tempo todo, ela está abaixo do limite da capacidade, ela está sempre trabalhando, usando menos do capital, menos do trabalho que ela pode usar. E que, portanto, se a situação do mundo for essa, eu sempre consigo fazer a economia crescendo, aumentando o salário-mínimo porque aumenta a demanda vai ter um impacto sobre consumo, isso vai ativar a atividade produtiva e fazer com que a economia cresça. Eu posso dar liberdade para o BANCO CENTRAL imprimir mais papel, fazer a taxa real de juros cair, emprestar em condições melhores para os empresários, para os consumidores, aumentar o crédito, isso gera a demanda e isso vai fazer com que a economia cresça mais. Essa é a visão do keynesiano. Keynes quando escreveu os trabalhos mais importantes dele estava olhando uma economia, como a economia americana, logo após a grande depressão e parece que esse estado das coisas correspondia bastante bem a situação da conjuntura da economia americana naquele momento. Como eu estou tentando argumentar para os senhores aqui, a minha análise é que a conjuntura da economia brasileira nos últimos dez anos é exatamente oposta a essa. A minha interpretação a economia brasileira é uma economia no limite de

capacidade, com problema de carência de oferta fortíssimo, e que qualquer excesso de demanda vai para preços. Então, qual é a minha análise o aumento do salário-mínimo? O impacto sobre a carga tributária? A gente aumenta o salário-mínimo para financiar esses gastos, a gente tem que aumentar a carga tributária. O aumento de carga tributária desestimula a atividade produtiva. Desestimula a atividade produtiva a oferta vai encolher. Por outro lado, aumento do salário-mínimo vai gerar impacto sobre a demanda e vai aumentar a demanda. Então a gente tem demanda expandindo, oferta contraindo, a gente vai ter inflação crescendo, o BANCO CENTRAL vai ter que aumentar mais os juros para controlar os preços. É um pouco assim que eu vejo o mundo. Quer dizer, a economia de mercado, ela tem essa característica, acho que nesse ponto que a Senadora Heloísa Helena falou de visão de mundo e essa é a minha visão de mundo. Quer dizer, o meu mundo, que é uma economia de mercado, é uma economia que os resultados que acontecem, por pior que eles sejam, por mais desiguais e injustos eles não são fruto de um anjo maligno. Não tem uma pessoa querendo fazer mal para o Brasil ou para o povo brasileiro. Não tem um grande capitalista num lugar que, não. O país tem uma história complicada, é uma história que alegou uma sociedade muito desigual, com uma carência educacional enorme entre enormes setores da população. E esta sociedade produz esse resultado. Esse resultado não é fruto da ação de três ou quatro pessoas ruins, esse resultado é fruto da ação de milhões de pessoas no mercado. O governo intervém para tentar melhorar esse resultado e é importante que nós tenhamos políticas públicas. O que eu quis enfatizar é que, do ponto de vista a longo prazo a política pública que eu acho que é mais eficiente para combater a desigualdade é a política educacional, não é a política de salário-mínimo. Do ponto de vista do curto prazo, acho que tem um conjunto de trabalhos que mostram que a política mais eficaz para combater a desigualdade, a pobreza e a extrema pobreza, também não é o salário-mínimo, é o Salário-Família e o Bolsa-Família. É, foi me perguntado também com relação à estratégia. Quer dizer, se era melhor políticas de impacto, políticas gradualistas. Eu acho que isso talvez seja dos grandes consensos que têm aqui. Quer dizer, eu acho que todas as pessoas, pelo menos o que eu ouvi, apóiam políticas gradualistas. E acho que os motivos são vários. Mas o primeiro motivo é escapar do ciclo político, é terrível que a política de aumento real de salário-mínimo seja usada para reeleger este ou aquele governo. Seria legal que, seria muito melhor que houvesse um planejamento da sociedade dadas as restrições e os objetivos que a sociedade tem. E que se implementasse, de forma um pouco sistemática uma política de aumento real para que nós pudéssemos escapar do ciclo político, e não produzir sucessivos estelionatos eleitorais. Também, eu acho que tem um outro motivo que é, e aí deixe-me já responder uma pergunta que havia me sido feita pelo Deputado, Senador Paulo Paim, me desculpe, eu tenho uma memória péssima, não sei... Muitos anos, não é, Senador? Que era a questão do salário-mínimo não deve existir. Quando eu escrevi isso naquela transparência, tinha um detalhe técnico, eu dizia o seguinte: Olha, o salário-mínimo faz sentido no contexto de um conflito entre eficiência econômica frente a frente o motivo distributivo. Imaginei uma sociedade em que a sociedade distributiva não seja uma questão relevante do ponto estrito, exclusivo de eficiência econômica o salário-mínimo não deve existir. Quer dizer, o único motivo, o único não, mas provavelmente o motivo mais importante que justifique a existência de um salário-mínimo é a questão distributiva, não é? Então esse, esse foi, essa foi a minha argumentação. Quer dizer, se nós tivéssemos num lugar em que a distribuição de renda não fosse importante, não haveria salário-mínimo. Quer dizer, o meu ponto é que do ponto de vista do crescimento de longo prazo o salário-mínimo é neutro, o salário-mínimo não tem impactos muito fortes sobre o crescimento a longo prazo, como tem um compromisso entre crescimento e equidade, provavelmente o aumento dos salários-mínimos produz uma redução no crescimento, porque tem esse impacto sobre a carga tributária e a carga tributária desestimula a atividade produtiva. Agora, há outro motivo que eu acho que justifica uma estratégia gradualista de aumento do salário-mínimo é que, é uma coisa que em economia a gente chama curso de menu. Quer dizer, pode haver e nessa questão salário-mínimo deve haver muitas, na linguagem técnica, não linearidades, o que seria essas são linearidades? Tem uma série de estudos de pessoas que tentam medir esse compromisso entre equidade e eficiência econômica. Então aumentos do mínimo têm um impacto sobre a equidade e isso é desejável, mas tem um custo que é o custo de redução de eficiência econômica. Uma das dimensões em que esse custo aparece é no

aumento do desemprego. E aí tem diversos estudos empíricos no Brasil. Eu, antes de eu vir aqui eu li alguns deles. Tem alguns artigos de revisão que fazem uma avaliação e acho que o resultado da evidência empírica que eu conheço aqui no Brasil é que existe esse compromisso, tem um impacto sobre a equidade, mas tem um impacto que é pequeno, mas não desprezível, apesar de pequeno, ele é não desprezível sobre o desemprego. Agora, essas, eu defendo uma política gradualista porque essas medidas, elas são, esses efeitos que são medidos por esses estudos, nós sabemos que o mundo tem muitas não linearidades. Quando a gente fala de custo de menu a gente está falando de custos fixos. Então, um certo aumento do salário-mínimo pode não estimular o desemprego, pode não aumentar as demissões, mas se nós ficarmos aumentando muito, pode passar de um certo limite em que compense o custo fixo de demitir, ou seja, deixa eu rephrasing aqui melhor. A demissão envolve um custo fixo, enquanto o aumento do salário-mínimo é um custo variável que o empresário incorre a cada momento. O custo fixo de demissão, ele não é exatamente proporcional ao salário pago, tem alguma proporcionalidade, mas não é exatamente proporcional. Então, posso, pode se decidir um certo aumento de salário-mínimo que o aumento sobre o custo de um empresário não, o custo mensal do empresário não cubra aquele custo fixo da demissão. E aí os estudos mostram que esse aumento de salário-mínimo não vai produzir, esse custo de eficiência econômica que é aumentar o desemprego. A partir de um certo limite, se o aumento for muito grande, pode passar desse limite do custo fixo, e aí a gente pode ter um nível de demissão muito grande. Então, me parece que o razoável é uma estratégia mais cautelosa. E, portanto, uma estratégia gradualista de aumento do salário-mínimo. Vou ver se tem... Então, eu acho que é possível que o salário-mínimo tenha um impacto positivo sobre a economia local, eu nunca estudei isso com profundidade, não conheço essa área. Mas, eu, como macroeconomista, diria que o efeito agregado de aumento do salário-mínimo é de deprimir o PIB da economia no longo prazo. Porque tem esse impacto sobre a carga tributária, esse impacto sobre a carga tributária desestimula a atividade positiva, produtiva. E como eu acho que a economia brasileira é mais ou menos uma economia pleno emprego, eu acho que esses efeitos de demanda do salário-mínimo, eles são praticamente inflacionários. Eu acho que eles não são efeitos positivos, do ponto de vista de aumentar um emprego.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): V.Exa., me desculpe, V.Exa. está partindo da, desculpe, Deputado, Walter Barelli, é só, posso falar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Rapidinho.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Não, é só porque, é o seguinte, é porque claro que esse debate é muito interessante, muito complexo, não é? Traz várias coisas muito interessantes de serem feitas. Certamente todas, todos os pronunciamentos aqui feitos pelos convidados se pudessem nos encaminhar depois, inclusive as propostas concretas sobre o valor agora a ser aumentado, de curto, de médio e de longo prazo. Acho que ajudaria bastante a comissão se isso fosse feito. Até porque é danado porque a gente nunca fala nada que não esteja motivado e nem que tenhamos bons corações, mas que não esteja motivado pelas nossas convicções ideológicas e nossa visão de mundo. Isso é fato. Porque veja, a partir do momento que se diz que o aumento da demanda promoverá um aumento da inflação, óbvio, se parte do pressuposto que a paralisia do setor produtivo, ela não tem outros determinantes. Claro, aí eu não posso simplesmente dizer: Sim, porque aumentou a carga tributária. Mas aumentou por quê? Para quê? Não é? A própria discussão do limite do custo fixo em um setor, ele ainda tem como repassar, mesmo que isso possa significar repasse ao preço da mercadoria, combatendo o já combatido orçamento doméstico das populações, ele possa demitir, ele possa precarizar as relações de trabalho. Agora tem um outro setor que não pode nada, porque já está com o seu, com o seu limite, absolutamente extrapolado. Tem outros setores também, na discussão do setor produtivo. Ora, se eu estabeleço como política econômica *benesses ad infinitum* para a especulação, eu jogo parte do setor produtivo também para essa experiência do capitalismo sem risco, que é muito melhor do que se submeter às regras do mercado, a produzir e não ter demanda para comprar. Entendeu? Então é porque tem outras coisas, outros ingredientes também que eu acho que seriam importantes que V.Sas., os convidados pudessem disponibilizar. Do mesmo jeito que o repique inflacionário. O que determinou? Por que não se produziu mais para criar nova demanda?

O que determinou a nova demanda? Não é? Por que não se produziu nesse período mais para que o aumento da demanda, ele não significasse um repique inflacionário? Então, só foi um único momento, ele não estava havendo inclusive o aumento do salário-mínimo. Então, eu acho que se os senhores pudessem disponibilizar, assim, meio como a gente, não sei, às vezes a gente que é do interior faz isso e outras pessoas fazem também, de que a gente sempre veja o sim e o não de cada questão. Eu sei que é difícil a gente se descolar. Para mim é um exercício muito difícil também de fazer, me descolar das minhas convicções ideológicas, da minha visão de mundo. Mas aquele exercício assim, e o outro lado se estivesse diria o que? Faria o quê? Não é? Então, quais, todos os detalhes ou possibilidades? De onde é que vem esse dado que eu apresento assim? O que o motivou? Se houvesse uma política diferente para esse setor, o que é que isso significaria de diminuição de carga tributária? O alongamento do perfil da dívida pública, não é? A possibilidade de aumento de investimentos, porque essas coisas também dinamizam a economia, e possibilitam que te produza mais e se produzindo mais --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Senadora.

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Não se possibilite que qualquer aumento. Porque eu fico dizendo, viu, Deputado Walter Barelli é só para que a gente pense, Dr. Samuel pense um pouquinho do outro ladinho pequeno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Eu acredito aí --

SENADORA HELOÍSA HELENA (PSOL-AC): Eu sei que ele tem um bom coração, o problema não é esse.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Eu esperava só uma complementaçãozinha, virar mais uma interpelação. Peço para o nosso professor.

SR. SAMUEL PESSOA: Agradeço a Senadora os comentários. Acho que a avaliação da política econômica nos últimos oito anos, e a sugestão de alternativas que tivessem impactos positivos sobre a oferta e contribuíssem para retirar a economia brasileira dessa situação que eu identifiquei, identifico como uma situação de limite de capacidade, economia o tempo todo o máximo que ela pode produzir, está um pouco além das minhas possibilidades agora. Eu acho que, acho que é uma atividade muito sofisticada, os economistas não têm uma resposta simples. Eu imaginaria que a carga tributária tem um pouco a ver com isso, entendeu? O país passou por uma elevação de carga tributária nos últimos quinze anos, que acho que pouquíssimas economias que não passaram por período de guerra experimentaram. E tudo o que eu conheço de teoria econômica diz que tem uma relação forte entre carga tributária e desestímulo a atividade produtiva. Claro que quando a carga tributária aumenta e outros serviços são ofertados, a qualidade da infra-estrutura melhora, a qualidade da educação melhora muito, e uma coisa compensa a outra e a gente explica porque que países conseguem ter cargas tributárias altíssimas mesmo com renda alta. Mas no Brasil nós temos uma carga tributária de primeiro mundo e uma qualidade de serviços muito ruins. Então, eu acho que tem um, passa um pouco pela previdência, quer dizer, alguma coisa aconteceu nessa sociedade que ela fez uma opção em escrever Leis que fizesse com que nós gastássemos com aposentadorias e pensões uma fração muito maior do que outros países no mundo. Por que é que a gente fez isso, eu não sei. Acho que tem motivos de economia política, a gente poderia até depois discutir se fosse o caso. Mas eu acho que ela também passa, fortemente, por uma reforma do estado, quer dizer, tentar pensar porque o estado é tão ineficiente. O Brasil gasta, por exemplo, com educação, aproximadamente 5% do PIB que é uma quantidade absolutamente razoável frente às nossas realidades. No entanto, de cada dez crianças que entram com seis, sete anos numa escola pública, com quinze anos só três sabem ler e escrever com alguma fluência. Esse problema eu acho muito mais grave do que buraco, estrada com buraco porque estrada com buraco é fácil eu entender, a gente gasta zero em investimento, gasta zero com investimento, ou próximo de zero, as estradas têm que estar com buraco.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Para terminar, vai. *Ok?*

SR. SAMUEL PESSOA: Então eu acho que tem, acho que essas duas coisas são--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Depois pode continuar o diálogo que a Senadora e a Dra. Clair estão interessadas.

SR. SAMUEL PESSOA: Para terminar, Senador Paim levantou uma série de números conflitantes com os meus números. Eu não vou aqui defender com unhas e dentes os meus números, eu fiz um exercício super-rápido indicativo, quer dizer, uma sugestão de como --

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Só para dizer que os meus dados são da OIT, são dados oficiais, posso passar cópia para o senhor, baseado inclusive, com base no poder de compra. Porque não é verdadeiro quando o empresário brasileiro diz que a carga sobre a folha de pagamento, por exemplo, é uma das maiores do mundo. Não é verdadeiro. Não é verdadeiro. O Brasil continua ainda, apesar da carga tributária na folha, que nós vamos discutir, acho que há saídas para diminuir, tendo um dos salários mais aviltantes para o seu assalariado, inclusive a questão do *dumping* é muito mais do Brasil do que outros países. Esse dado, por exemplo, acho que tem que ser lembrado. Por que é que a China que é tão falada tem o salário-mínimo maior que o nosso, em matéria de poder de compra, vou lhe passar em mãos esses dados, inclusive.

SR. SAMUEL PESSOA: Eu não fiz um estudo profundo, eu recebi um, uma convocação quarta-feira passada e dentro dos limites do tempo eu fiz o que era possível. Não estou querendo defender os meus números com unhas e dentes. Acho que a gente tem só que tomar alguns cuidados. Primeiro o salário-mínimo que está na OIT é o salário-mínimo legal e a gente sabe que diversas economias não fazem com que esse salário-mínimo seja, seja --

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Tem inúmeros municípios que também não pagam. Então esse argumento, no meu entendimento, ele não condiz com a realidade. Eu posso dizer que alguns países não pagam exatamente, de acordo como está com a OIT em matéria de poder de compra. Eu posso também alegar que aqui no Brasil o fato acontece de forma idêntica, então eu vou trabalhar com quê? Eu não posso trabalhar no campo da suposição eu tenho que trabalhar com dados oficiais que mostram qual é o poder de compra do salário-mínimo a nível internacional. Só para contribuir aí sem querer... Me alongar no debate com V.Exa.

SR. SAMUEL PESSOA: É, não, o senhor entende desse assunto muito mais do que eu. Se eu for debater esse assunto com o senhor, não tenho a menor condição.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Mas eu lhe...

SR. SAMUEL PESSOA: Não, imagina.

[Manifestação fora do microfone].

SR. SAMUEL PESSOA: Está certo. Então eu sugeri só, humildemente uma possível *metodologia* de como eu faria. Faria uma regressão linear. O Deputado Cristovam Buarque, Senador, sugeriu que eu deveria corrigir pelo GINE(F) e aí a corrige do Deputado, eu tenho um pouco de dificuldade porque eu acho que ela vai para os dois lados. Quer dizer, o fato de o país ter uma desigualdade de renda muito grande diria que nós teríamos que ter um mínimo mais alto, porque a renda é muito desigual. E, portanto, bom, se eu levar o argumento no início se todo mundo for igualzinho ninguém precisa ter mínimo. Então eu entendo esse argumento do Senador. Mas, por outro lado eu posso argumentar na direção contrária que é: O fato da renda ser desigual faz com que o estado já tem um número de atribuições imensas, porque ele tem que gerar uma série de outros programas para compensar essa desigualdade e tentar fazer alguns tipos de ajuste. A carga tributária pode estar muito elevada. Então, eu não sei direito em que direção que essa correção vai. Não sei se isso seria muito forte também. Mas a minha intenção foi só no sentido de sugerir uma possível *metodologia* para os senhores aqui na comissão. Eventualmente, pegar alguns especialistas da área de salário-mínimo fazer algum tipo de estudo dessa natureza para dar alguma indicação. A última coisa que eu queria dizer é que eu não estou aqui representando a FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, o meu chefe nem sabe que eu estou aqui, eu estou aqui representando a minha pessoa. Muito obrigado aos senhores pela atenção.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Ok. Bem, o Senador Paim.

SRA. MÁRCIA MARIA MELLO QUINTSLR: Não, só uma observação rápida em função daquela pergunta sobre a PNAD *versus* melhoria na distribuição de renda. É fato que a PNAD capta melhor renda do trabalho previdência. Mas a PNAD 2004 mostrou claramente especialmente das famílias de mais baixos rendimentos uma ampliação da parcela chamada outros rendimentos. Ou seja, rendimento que não vem nem de trabalho nem de previdência e fica claro que há algum impacto dos programas sociais. Foi uma coisa que apareceu na PNAD 2004, isso é um pouco o que tem gerado também essa interpretação de melhoria na distribuição de renda. Na verdade, isso está mais focalizado nos estudos relacionados com pobreza, não é, os especialistas que estão mais no segmento dos... Fazem o foco nas famílias de mais baixo rendimento há um impacto sim, da parcela outros rendimentos que, nessa classe de renda não vai ser capital, não vai ser investimento, é efeito de programas sociais mesmo. Só para completar, em termos históricos perfeitos, que ele mencionou, mas 2004 teve essa, essa pontuação na Pesquisa Nacional por Amostras de domicílios. Só isso, obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Ok, agradecendo os nossos convidados. Eu declaro encerrada a oitava reunião da comissão mista --

Deputada DRA. CLAIR: Sr. Presidente, só por último, só queria aqui dar uma conclusão desse debate, não é.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Isso é o Relator que tem que fazer.

Deputada DRA. CLAIR: Não, é que eu queria colocar aqui, que eu acho que ficou para a comissão uma grande pergunta, não é? E nós, nós gostaríamos de saber assim, quais os Institutos de Pesquisas que poderiam nos dar essa resposta, ou a Receita Federal ou o quê? Porque é importante para a nossa comissão saber qual o impacto do aumento do salário-mínimo sobre a arrecadação e sobre o crescimento do PIB. Porque houve contradição aqui na Mesa e nós vamos ter que saber isso, porque um diz que sim o outro diz que não e quais são os números, não é? Então fica essa questão aí para a presidência e para a Relatoria.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Ok. Anotado aí.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Só respondendo rapidamente, nós vamos ter aqui ainda outros debates. Virão --

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Tá --

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Virá o DIEESE, o DIAP, virão outras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Já falei.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Como?! Só para dizer que teremos outros debates que vão tratar desse mesmo tema.

Deputada DRA. CLAIR: Receita Federal é importante, qual é a arrecadação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Com certeza, virá o Ministério da Previdência. Inclusive o Ministro da Previdência está confirmado para que dia?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): último dia --

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): Virá o DIAP, o DIEESE.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Dia 28 de março.

SENADOR PAULO PAIM (PT-SP): 28 de março. Ok.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Obrigado. A próxima reunião será no dia sete de março, terça-feira, às 11 horas. 11 horas, é? 11 horas?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Vai ser às 11 horas onde contaremos com a presença dos representantes da Confederação Nacional dos Municípios, da Federação Nacional dos Prefeitos, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil para debater com os parlamentares desta comissão. Declaro encerrada.

Sessão encerrada às 17H04.